



UC/FPCE 2019

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Parentalidade: um estudo exploratório das variáveis relacionadas com o risco psicossocial considerando a percepção de competência parental

Susana Filomena Nóbrega de Nóbrega
(e-mail: susananobrega@live.com.pt)

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, sub-área de Psicopatologia e Psicoterapias Dinâmicas, sob a orientação do Professor Doutor Rui Paixão

Parentalidade: estudo exploratório das variáveis relacionadas com o risco psicossocial considerando a percepção de competência parental

Resumo

A presente investigação procura explorar as variáveis que podem contribuir para aprofundar o construto de risco psicossocial numa amostra de pais (mãe ou pai) com filhos em idade pré-escolar. Trata-se de um estudo exploratório com variáveis sociodemográficas (idade, sexo, estado civil, coabitação familiar, número de filhos, anos de escolaridade completa, situação laboral, rendimento líquido mensal pessoal e do agregado familiar) e comportamentais/sintomáticas (consumo de substâncias psicoativas e problemas com a justiça) para a identificação do risco psicossocial e para a verificação da influência desse risco na percepção de competência parental. O risco psicossocial é aqui entendido como uma problemática que afeta a qualidade e eficácia do desempenho das funções parentais. Além disso, este estudo pretende analisar as relações entre a percepção de competência parental, o *stress* parental, os estilos parentais e a psicopatologia.

Participaram no estudo 71 mães e 38 pais de crianças com idades entre os 3 e os 6 anos. Foram aplicados os seguintes instrumentos: Questionário sociodemográfico e comportamental, Escala de Sentido de Competência Parental (PSOC), Questionário de Estilos e Dimensões Parentais – Versão Reduzida (QEDP – VR), Índice de Stress Parental – Forma Reduzida (ISP – FR) e Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI).

Os resultados evidenciam valores de consistência interna bons ou mesmo muito bons para a PSOC ($\alpha = .88$ a $.91$) e para o ISP ($\alpha = .90$ a $.96$), entre o razoável e o muito bom para o QEDP ($\alpha = .72$ a $.93$) e entre o inadmissível e o bom para o BSI ($\alpha = .43$ a $.84$). As variáveis sociodemográficas evidenciam diferenças significativas na PSOC ou em alguma das suas dimensões nas variáveis sexo, escolaridade, situação laboral, estado civil, coabitação familiar e rendimento líquido mensal pessoal e do agregado familiar.

Em termos correlacionais as variáveis “satisfação parental” (PSOC) e “competência parental total” (PSOC) são afetadas pela “coabitação familiar”, “número de filhos” e “situação laboral”. A “eficácia parental” (PSOC) e a “competência parental total” (PSOC) são influenciadas pelo “rendimento líquido mensal do agregado familiar”. A “idade” e os “anos de escolaridade completa” têm impacto na “eficácia parental” (PSOC). Do mesmo modo, o “rendimento líquido mensal pessoal” exerce influência sobre a “eficácia parental” (PSOC) e a “competência parental total” (PSOC). O “sexo”, o “estado civil” e os “problemas com a justiça” interferem com a “satisfação parental” (PSOC). Também, a “competência parental total” (PSOC) é afetada pelo “estado civil”. Relativamente às relações entre competência parental e *stress* parental, observámos que a “eficácia” (PSOC) e a “satisfação” (PSOC) parental são afetadas pela “criança difícil” (ISP – FR). Do mesmo modo, verifica-se que a “interação disfuncional mãe/pai-criança” (ISP – FR), “criança difícil” (ISP – FR) e o “*stress* parental total” (ISP – FR) têm impacto na “competência parental total” (PSOC). Os pais do sexo masculino

demonstram que a “eficácia” (PSOC) é afetada pela “dificuldade parental” (ISP – FR), “criança difícil” (ISP – FR) e “*stress* parental total” (ISP – FR). No que respeita aos sintomas psicopatológicos, verifica-se que a “ansiedade fóbica” (BSI), a “ideação paranóide” (BSI) e o “psicoticismo” (BSI) afetam a “satisfação” (PSOC), em particular nas mães.

Constatou-se, também, que as variáveis idade, anos de escolaridade, rendimento líquido mensal pessoal e do agregado familiar e coabitação familiar contribuíram positivamente para a predição da competência parental. Todavia, a coabitação familiar foi a variável que teve uma contribuição mais forte para a explicação da competência parental.

A investigação demonstra-nos que os pais da nossa amostra, pertencentes a famílias afetadas por eventuais riscos psicossociais, apesar de estarem associados a diversas fragilidades e problemas, conseguem percecionam-se como competentes no exercício do seu papel parental. O que nos permite concluir que estes pais, de um modo geral, são resilientes e capazes de enfrentar as adversidades. Contudo, importa salientar que os resultados não se relacionam com o modo como os pais exercem a sua parentalidade, mas sim como percecionam a sua competência parental e que, portanto, existe a possibilidade de não terem uma noção clara do conceito.

Palavras-chave: Parentalidade, competência parental, variáveis sociodemográficas e comportamentais/sintomáticas, *stress* parental, estilos parentais, famílias de risco.

Parenthood: exploratory study of the variables that relates the psychosocial risk, considering the perception of parental competence

Abstract

This research seeks to explore the variables that might contribute to a deepening of the definition of psychosocial risk in a sample of parents (mother or father) of a pre-school age. It's an exploratory study with several variables, both sociodemographic (age, gender, marital status, family cohabitation, number of children, years of schooling, employment situation, individual and household monthly net income) and behavioral/symptomatic (substance abuse and legal/criminal problems), for the identification of psychosocial risk, and to verify its influence in the perception of parental competence. A psychosocial risk is understood here as a problem that affects the overall effectiveness and quality of parental functions. Furthermore, this research aims to analyze the correlation between the perception of parental competence, parental stress, parenting styles, and psychopathology.

This study was conducted on 71 mothers and 38 fathers with children between the ages of 3 and 6. The following instruments were used: Sociodemographic and Behavioral/Symptomatic Questionnaire, Parenting Sense of Competence Scale (PSOC), Parenting Styles and Dimensions Questionnaire – Short Form (QEDP – SF), Parenting Stress Index – Short Form (ISP – FR) and a Psychopathological Symptom Inventory (BSI).

The results show evidence of good, or even very good, internal consistency levels for the PSOC ($\alpha = .88$ a $.91$) and the ISP ($\alpha = .90$ a $.96$). The alpha coefficients of Cronbach in the QEDP ranged from reasonable to very good ($\alpha = .72$ a $.93$), and for the BSI they ranged from inadmissible to good ($\alpha = .43$ a $.84$). The sociodemographic variables show some significant differences in the PSOC or in some of its dimensions, namely gender, schooling, employment, marital status, family cohabitation and both the individual and total average monthly income.

Regarding the correlation statistics, it was verified that “parental satisfaction” (PSOC) and “total parental competence” (PSOC) were affected by “family cohabitation”, “number of children” and “employment situation”. The “parental effectiveness” (PSOC) and “total parental competence” (PSOC) were influenced by the “household monthly”. The “age” and “years of schooling” had an impact on “parental effectiveness” (PSOC). Similarly, the “individual” had an influence over the “parental effectiveness” (PSOC) and the “total parental competence” (PSOC). The “gender”, “marital status” and the “legal problems” interfered with the “parental satisfaction” (PSOC). And the “total parental competence” (PSOC) was affected by the “marital status”. Concerning the correlation between parental competence and parental stress, it was observed that both parental “effectiveness” (PSOC) and “satisfaction” (PSOC) were affected by the “difficult child” (ISP – FR) variable. It was also determined that the “dysfunctional parent-child interaction” (ISP – FR), “difficult child” (ISP – FR) and “total parental stress” (ISP – FR) had an impact on the “total parental competence” (PSOC). Male parents show

evidence that the “efficiency” (PSOC) is affected by “parental difficulty” (ISP -FR), “difficult child” (ISP – FR) and “total parental stress” (ISP – FR).

Regarding the psychopathological symptoms, it is shown that “phobic anxiety” (BSI), “paranoid ideation” (BSI) and “psychoticism” (BSI) affected the “satisfaction” (PSOC), particularly in female parents.

It was also found that the age, years of schooling, individual and household monthly net income, and family cohabitation variables had a positive contribution to the prediction of parental competence. However, the family cohabitation was found to be the variable with the best contribution to an explanation of parental competence.

The investigation shows the parents in our sample, members of families affected by psychosocial risks, though being associated to various frailties and issues, may perceive themselves as being competent in their parenting role. This leads us to ascertain that these parents are, overall, resilient and capable of facing adversities. However, it is of note that these results do not correlate with their parenting, but instead how they perceive their parental competence and, therefore, there is a possibility they may not have a clear understanding of this concept.

Keywords: Parenthood, parental competence, sociodemographic and behavioral/symptomatic variables, parental stress, parenting styles, risk families.

Agradecimentos

Diga ou escreva, tenho sempre a sensação de ficar no limiar de algo mais profundo.

Não posso, pois, deixar de agradecer a todos os que contribuíram para o meu percurso académico.

Aos meus Pais, que independentemente das suas fragilidades sempre moveram mundos na árdua tarefa que é educar.

A ti Gabriela, por seres o meu maior tesouro e partilhares, a meu lado, o desafio de “crescer”.

Ao Joel, por ter sido sempre o meu maior pilar.

Ao meu orientador, Doutor Rui Paixão, que mais do que a sua incansável dedicação, profissionalismo e compreensão, ensinou-me a importância de ouvir o “outro” como forma de nos sabermos ouvir a nós próprios.

A todos os pais e mães que dispensaram o seu tempo a responder aos questionários, bem como às instituições que permitiram fazer a recolha desses dados.

Por último, a futuros pais, para que compreendam a Parentalidade como um dos principais contratos da existência humana.

Índice

Introdução.....	9
I. Enquadramento teórico.....	11
1. Parentalidade.....	11
1.1. Sentido de competência parental	11
1.2. Estilos parentais.....	13
1.3. <i>Stress</i> parental.....	15
2. Famílias com filhos pequenos	16
3. Famílias em risco psicossocial	18
II. Estudo empírico: Metodologia.....	20
1. Objetivos.....	20
2. Amostra	21
3. Instrumentos de avaliação	22
3.1. Questionário Sociodemográfico.....	22
3.2. Escala de Sentido de Competência Parental (PSOC).....	23
3.3. Questionário de Estilos e Dimensões Parentais – Versão Reduzida (QEDP – VR).....	24
3.4. Índice de <i>Stress</i> Parental – Versão reduzida (ISP – FR).....	24
3.5. Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI).....	25
4. Procedimentos.....	26
4.1. Procedimento de recolha de dados	26
4.2. Procedimentos estatísticos.....	26
III. Resultados.....	27
1. Análise descritiva dos instrumentos.....	27
2. Análise das diferenças da competência parental em função de variáveis sociodemográficas e comportamentais.....	29
3. Análise das relações entre a competência parental e as variáveis sociodemográficas e comportamentais	34
4. Análise das relações entre as dimensões dos instrumentos PSOC, QEDP – VR, ISP – FR e BSI.....	36
5. Análise do contributo de variáveis sociodemográficas para a predição da competência parental.....	37
IV. Discussão.....	39
Conclusões.....	47
Bibliografia.....	50

E, à semelhança de uma casa que se constrói, é da qualidade dos alicerces que toda a estrutura vai depender (...) é o maior legado que os pais podem deixar às suas crianças. Um tesouro, uma marca indelével, que servirá para enriquecer todo o futuro que se espera longo e bem vivido.

Pedro Strecht, Interiores, 2012, p. 39.

Introdução

Ao longo da história a família assume-se como um espaço físico e relacional que afeta a vida de qualquer indivíduo, independentemente do grupo social, étnico ou cultural a que pertence (Abreu-Lima, 2005). Deste modo, o desenvolvimento humano não deve ser visto como algo que depende exclusivamente das características individuais de cada sujeito, mas também do contexto em que vive, particularmente do sistema familiar em que se insere. Este, por outro lado, deve ser entendido como um todo que vai além da soma das suas partes (Amaro, 2006), onde cada membro desempenha o seu papel e tem a sua individualidade, mas interage e mantém padrões relacionais com os restantes (Takahara, Furino, Marques, Zerbetto, & Furino, 2017). Além disso, a família enquanto sistema é composta por outros subsistemas que se encontram em permanente mudança e desenvolvimento (García, Álvarez-Dardet, Hidalgo, Lara & García, 2009).

A família, vista como um pilar na estruturação do indivíduo e, consecutivamente, da própria sociedade, revela um papel determinante no desenvolvimento e na adaptação individual dos seus elementos (Abreu-Lima, 2005; Barroso & Machado, 2010; Pérez-Padilla, et al., 2017; Roque, 2013; Soares & Almeida, 2011). Independentemente da sua estrutura e funcionamento, a família é a base da aprendizagem e da preservação humana onde os sujeitos de diferentes gerações interagem e se influenciam mutuamente (Gonzalez & Peñate, 2017), construindo deste modo modelos de relação interpessoal, de estruturação individual e coletiva (Dessen & Polonia, 2007). Contudo, cada família adota diferentes estratégias para satisfazer as necessidades de desenvolvimento dos seus membros, mas nem sempre essas estratégias e modos de interação familiar são funcionais (García et al., 2009).

Portanto, o espaço familiar não é, por vezes, o mais propício para esse efeito, na medida em que a família se encontra sujeita não só à influência de aspetos positivos, como também a frustrações, receios, conflitos e/ou dificuldades que suscitam muitas vezes desentendimentos entre os elementos que coabitam no mesmo espaço (Bornstein, 2001; Pérez-Padilla et al., 2017). Estes problemas acabam por ter um impacto direto na estrutura e na organização da própria família, bem como na individualidade de cada um desses elementos. É neste espaço que se desenvolve o subsistema parental (Alarcão, 2006), e onde a noção de parentalidade assume um papel fulcral, uma vez que os pais detêm considerável influência no desenvolvimento dos seus filhos (Agarwal & Alex, 2017). Regra geral, o subsistema parental é constituído pelos pais, cujas funções executivas promovem a educação e a proteção das gerações mais novas (Alarcão, 2006). Todavia, com a globalização, o êxodo rural e outras transformações sociais, religiosas e mesmo políticas, o modelo tradicional de família acaba por sofrer alterações e nem sempre os papéis parentais são assumidos pelas figuras do marido e da mulher. Portanto, podemos falar de outro tipo de famílias, como as monoparentais, as reconstituídas, as homossexuais, entre outras (Alarcão, 2006; Gameiro, 1998; Relvas & Alarcão, 2007), que acabam por adotar estilos parentais muito próprios e distintos, os quais devem ser tidos em consideração.

A relação pais/criança e a qualidade em que esta se estabelece é

determinante para o desenvolvimento socio-emocional e cognitivo das crianças ao longo dos primeiros anos de vida e, conseqüentemente, ao longo de todo o ciclo vital (Alexandre, Monteiro, Branco, & Franco, 2016; Ferreira, 2002; Figueiredo, Mateus, Osório, & Martins, 2014; Körük, Öztürk, & Kara, 2016; Mistry, Benner, Biesanz, Clark, & Howes, 2010).

A parentalidade, apesar de ser vista como uma experiência gratificante e enriquecedora, constitui um desafio constante, e muitas vezes difícil na vida de qualquer adulto (Cruz, 2013; Holden, 2010; Seabra-Santos et al., 2015). O modo como se adotam relações de poder, hierarquia e o apoio emocional na relação com os filhos nem sempre são as mais apropriadas para o desenvolvimento individual, social e até escolar das crianças (Teixeira & Lopes, 2005).

Nas famílias marcadas pelo risco psicossocial, o desafio de ser-se pai ou mãe é ainda mais complexo. Nunes e Ayala-Nunes (2015), referem que nestas famílias os problemas tendem a ser mais complexos, estando relacionados com diversos fatores, como os contextos onde estão inseridas, a inexistência de recursos e apoios, acontecimentos de vida stressantes, entre outros. “Estas circunstâncias pessoais e contextuais dificultam ou limitam as suas competências parentais, comprometendo a sua capacidade para exercer uma parentalidade adequada ao desenvolvimento dos seus filhos” (Nunes & Ayala-Nunes, 2015, p.95).

Os pais acabam por ter de desempenhar um papel crucial no funcionamento e desenvolvimento psicossocial da criança. Por essa razão, o presente estudo pretende verificar o modo como é percebida e sentida a tarefa da parentalidade em famílias de risco, com crianças em idade pré-escolar (dos 3 aos 6 anos), por ser esta uma idade onde ocorrem mudanças fundamentais para o desenvolvimento em domínios de diversa ordem, nomeadamente: ao nível social, emocional, comportamental e cognitivo (Azevedo, 2013). Nesta base, os objetivos da nossa investigação passam por estudar a competência parental, os estilos parentais, o *stress* parental e os sintomas psicopatológicos nestas famílias consideradas em risco psicossocial. Em relação à competência parental percebida, interessa-nos também estudar a sua relação com variáveis sociodemográficas (idade, sexo, estado civil, coabitação familiar, número de filhos, anos de escolaridade completa, situação laboral, rendimento líquido mensal pessoal e do agregado familiar) e comportamentais/sintomáticas (consumo de substâncias psicoativas e problemas com a justiça).

Identificados os objetivos específicos deste estudo, podemos referir que, no essencial, e considerando que estes pais pertencem a famílias de risco, de acordo com a avaliação das instituições onde os dados foram obtidos, pretendemos saber que variáveis têm maior impacto na percepção da competência parental nestas famílias e que perfis se podem traçar neste contexto.

I – Enquadramento teórico

1. Parentalidade

Derivada do latim *parere*, “parentalidade” significa “trazer ao mundo, desenvolver ou educar” (Hoghughi, 2004, p. 5).

Segundo Cruz (2013), a Parentalidade diz respeito a ações tidas pelas figuras parentais, ou cuidadores que desempenhem a mesma função, com o intuito de promover o desenvolvimento dos filhos/crianças, recorrendo a recursos existentes na própria família, bem como no meio envolvente.

Contudo, a parentalidade remete-nos também para as capacidades que os pais adquiriram em resultado das diversas experiências vividas ao longo do ciclo vital, mas é necessário ter em consideração que estas capacidades não devem ser generalizadas, uma vez que a estrutura familiar e as exigências constantes da sociedade, ou o modo como essas exigências são vividas e percecionadas, vão diferir de indivíduo para indivíduo (Xavier, Antunes, & Almeida, 2013).

Deste modo, e apesar do subsistema parental constituir, na maior parte das vezes, um modelo de parentalidade resultante das famílias de origem, é a evolução familiar, o contexto e as vivências da própria família que o vão desenvolver (Magalhães 2011).

De acordo com Strecht (2012), o mundo interno da criança inicia-se antes da sua conceção, através das experiências vividas por aqueles que a geram e das expectativas que projetam para o seu futuro. Strecht (2012) acrescenta ainda que as raízes do equilíbrio psíquico de cada ser humano estão nos primeiros anos de vida, onde o papel dos pais assume especial destaque. Serão os pais, como agentes significativos na vida dos filhos, que irão promover o seu desenvolvimento.

Parece então ser certo afirmar que o Homem do amanhã dependerá, e muito, da organização precoce nos primeiros anos de vida, bem como das interações que estabelece com os seus pais (Ferreira, 2002; Körük, Öztürk, & Kara, 2016) sendo, por isso, tão importante a função parental.

Espera-se, portanto, que os pais sejam capazes de: (1) acolher, promovendo segurança e estabilidade, para que os seus filhos consigam desenvolver ligações cognitivas e emocionais consigo e com o que os rodeia; (2) compreender, descodificando as necessidades dos filhos de modo a poder orientá-los; (3) escutar, encaminhando para uma “verdade interior”, no sentido dos filhos poderem ser o que são à medida que crescem; (4) delinear um caminho, uma vez que nada é efetivo no crescimento da criança e da própria parentalidade (Strecht, 2015).

1.1. Competência parental

Sabemos que ser pai ou mãe acarreta um conjunto de tarefas complexas e a forma como cada um as vive é muito própria e única, o que lhes confere grande sentido de individualidade. Assim, a maneira como experienciam o seu papel parental poderá fazer com que estes se sintam mais

ou menos competentes. Deste modo, as expectativas que criam e o sistema de crenças pelo qual se pautam influenciam o sentido de competência parental (Johnston & Mash, 1989). Contudo, é necessário ter em consideração que a própria sociedade assume um papel preponderante no que toca à perceção de competência parental por parte dos pais, uma vez que existe um conjunto de ideias preconcebidas sobre o modo como os pais devem agir com os seus filhos. Neste sentido, não podemos assumir que existam apenas características ligadas aos pais que influenciem o quão se sentem competentes ou não, mas também um conjunto de fatores, como as características da criança e o contexto/meio envolvente em que estão inseridos (Baião, 2009; Belsky, 1984; Roque, 2013).

De acordo com Johnston e Mash (1989), o sentido de competência parental é analisado consoante duas variáveis, sendo elas a eficácia e a satisfação parental.

No que diz respeito à primeira, Bandura (1997) definiu o sentido de autoeficácia como expectativas pessoais direcionadas à capacidade de concretizar, com sucesso, determinadas ações. Numa perspetiva de parentalidade, falamos de crenças de autoeficácia parental, que se referem a perceções que os pais têm sobre o seu desempenho e eficiência numa determinada tarefa e o modo como se sentem capazes para influenciar, de forma positiva, o comportamento dos seus filhos (Bandura, 1997; Coleman & Karraker, 2000). Quando os pais adotam condutas parentais positivas, tendem a perceber-se como autoeficazes (Coleman & Karraker, 1998, 2000; Raikes & Thompson, 2005; Teti & Gelfand, 1991). Johnston e Mash (1989) defendem ainda que a perceção de eficácia por parte dos pais revela o quão se sentem competentes para resolver problemas referentes aos seus filhos e capazes no exercício do papel parental. Deste modo, as crenças de autoeficácia parecem ser um fator relevante para a compreensão do envolvimento parental, pois permite aos pais definirem as suas prioridades quanto ao desempenho da parentalidade (Goodnow & Collins, 1990; Jacobs & Kelley, 2006). De acordo com alguns autores a perceção de eficácia parental tem um impacto direto na satisfação parental (Coleman & Karraker, 1998, 2000; Hudson, Elek, & Fleck, 2001; Johnston & Mash, 1989). Espera-se, portanto, que os pais que se sentem mais eficazes, se sintam, conseqüentemente, mais realizados, satisfeitos e competentes (Coleman & Karraker, 1998). Todavia, autores como Jones e Prinz (2005) referem que existe uma relação recíproca entre as dimensões, e que se, por um lado, a eficácia influencia a satisfação parental, por outro, o mesmo acontece inversamente.

Quanto à dimensão relativa à satisfação, esta pode ser vista “como o sentimento de contentamento e gratificação dos pais em relação às suas responsabilidades para com a criança” (Mounon & Tuma, 1988, p. 218). Johnston e Mash (1989) referem que a satisfação, assumindo um caráter mais afetivo e emocional, pode revelar sentimentos de ansiedade e de frustração, bem como motivação para corresponder às responsabilidades que o papel parental exige. De um modo geral, a satisfação diz respeito à concretização de

expectativas, assim como à sensação de tarefa cumprida (Goodnow & Collins, 1990).

De acordo com Goodnow e Collins (1990), existem três aspetos que podem gerar satisfação parental, são eles: (1) os pais sentirem que são capazes de agir conforme os seus princípios e valores; (2) sentirem que o seu comportamento é congruente com as realizações da criança e as expectativas que tinham relativamente a esta; (3) sentirem-se competentes no desempenho do seu papel parental.

Alguns autores referem que as perceções que os pais possuem sobre a sua competência parental, ligadas à eficácia, parecem estar significativamente relacionadas com a satisfação parental (Bandura, 1997; Coleman & Karraker, 2000; Hudson et al., 2001; Simões & Maroco, 2010).

Estudos realizados por Renk e colaboradores (2003) e Snarey (1993) revelam que existem diferenças no desempenho do papel parental consoante o sexo, onde pais de sexo masculino revelam maior satisfação parental, em comparação com as mulheres. Todavia, outros estudos evidenciam o inverso apontando que são as mulheres que se sentem mais satisfeitas (Canavarro & Pedrosa, 2005; Elek, Hudson, & Bouffard, 2003; Rogers & White, 1998).

Alguns estudos verificaram que pais com níveis elevados de escolaridade revelam maior eficácia parental (Gilmore & Cuskelly, 2008) e motivação para o desempenho do papel parental (Cabrera, Shannon, & Tamis-LeMonda, 2007). Contudo, Veroff e colaboradores (1981, citados por Goetting, 1986) referem que pais com níveis baixos de escolaridade tendem a dar maior importância à parentalidade e, por isso, dedicam e esforçam-se para enfrentar todas as adversidades que possam surgir, acrescentando que pais com maior escolaridade tendem a sentir-se menos satisfeitos, associando tal a uma maior consciência sobre o modo como devem desempenhar as suas funções parentais, assim como à procura de maior realização profissional.

1.2. Estilos parentais

De acordo com Darling e Steinberg (1993), os estilos parentais caracterizam-se como:

“... um conjunto de atitudes que são comunicadas à criança e que, todas juntas, criam um clima emocional, no qual os pais atuam de determinada forma. Os estilos parentais são expressos através de práticas parentais, visto que estas representam alguns comportamentos a partir dos quais as crianças inferem as atitudes emocionais dos pais.” (p.488)

Entre os diversos estudos realizados em torno dos estilos parentais (Lamborn, Mounts, Steinberg, & Dornbusch, 1991; Maccoby, 2000; Steinberg, Lamborn, Darling, Mounts, & Dornbusch, 1994), iremos debruçar-nos na tipologia proposta por Baumrind (1966, 1967, 1971) cujos trabalhos constituem uma referência para a investigação na área. Dos trabalhos

realizados, foi possível identificar três estilos parentais: o autoritário (*authoritarian*), o democrático (*authoritative*)¹ e o permissivo (*permissive*).

O estilo autoritário enfatiza o controlo, a obediência e a manutenção da ordem estabelecida, existindo uma clara manifestação de poder por parte dos pais e um insuficiente apoio, envolvimento e comunicação entre ambos. Os pais autoritários tendem a moldar o comportamento da criança de acordo com um padrão estabelecido de conduta aceitável, e quando este é violado a criança é punida. Estes pais são considerados mais rígidos, críticos, impessoais e pouco afectuosos, utilizando frequentemente métodos coercivos como meio de exercer controlo sobre a criança. Neste contexto, as crianças tendem a ser inibidas, menos felizes e desconfiadas (Baumrind, 1966; Miguel, Valentim, & Carugati, 2009; Pedro, Carapito, & Ribeiro, 2015).

Por sua vez, o estilo democrático caracteriza-se por respeitar a individualidade da criança, adotando uma postura de escuta ativa em relação ao modo como a criança pensa e decide, sem deixar de orientá-la, inculcando valores e restrições quando necessário. Os pais democráticos caracterizam-se como tolerantes e carinhosos, mas também como exigentes e firmes na manutenção de padrões comportamentais adequados. Utilizam a disciplina indutiva como forma de explicar o raciocínio que está subjacente à sua posição, encorajando assim ao diálogo e comunicação entre ambos. As crianças, durante o período pré-escolar, tendem a sentir-se seguras, amadas, autoconfiantes, autoassertivas e satisfeitas (Baumrind, 1966; Miguel, Valentim, & Carugati, 2009; Pedro, Carapito, & Ribeiro, 2015).

Por fim, o estilo permissivo enfatiza a autoexpressão e a autorregulação, onde os pais tendem a não punir ou a exercer controlo, fazendo poucas exigências e permitindo que as crianças monotorizem as suas próprias atividades. São pais carinhosos e não controladores. Quando têm de impor uma regra, explicam as razões para tal, não incentivando à obediência de padrões comportamentais. Neste meio, as crianças, no período pré-escolar, caracterizam-se como imaturas, revelando pouco autocontrolo e curiosidade em explorar o meio (Baumrind, 1966; Miguel, Valentim, & Carugati, 2009; Pedro, Carapito, & Ribeiro, 2015).

De acordo com Miguel, Valentim e Carugati (2009), vários estudos realizados sobre os estilos parentais revelaram que estes exercem impacto no desenvolvimento da criança e do adolescente, sendo o estilo democrático considerado o mais adaptativo e fundamental para o bem-estar psicossocial da criança e do adolescente (Lamborn, Mounts, Steinberg, & Dornbusch, 1991; Spera, 2005). Contudo, apesar de ser considerado por muitos o estilo mais adequado, é necessário ter em atenção que existem fatores externos, como a cultura, que podem determinar o efeito de cada estilo parental. De acordo com Steinberg, Blatt-Eisengart e Cauffman (2006), estudos realizados por Furstenberg, Cook, Eccles, Elder e Sameroff, em 1999, evidenciam que o estilo autoritário pode ser considerado o mais adaptativo em algumas culturas africanas.

¹ Na literatura é frequente surgir a terminologia “autoritativo” e, por vezes, “autorizado” ou “democrático” como tradução da expressão em inglês (*authoritative*), aqui utilizaremos o termo “democrático”.

1.3. *Stress* parental

De um modo geral, o *stress* é visto como um indicador de mal-estar físico e/ou psicológico, que pode estar associado a comportamentos de risco e a sentimentos de descontentamento. Contudo, consideramos que o *stress* é um processo inerente à vida e que sem ele não existiríamos.

Segundo Cappa, Begle, Conger, Dumas e Conger (2011), a parentalidade pressupõe responsabilidades, compromissos, decisões e comportamentos por parte dos pais fundamentais para a educação e desenvolvimento dos seus filhos. Contudo, estas responsabilidades podem, por vezes, suscitar *stress*.

O *stress* parental encontra-se associado a uma reação psicológica negativa face às exigências do desempenho adequado do papel parental, onde são experienciados sentimentos negativos em relação a si próprio (pai ou mãe) e à criança (Östberg, Hagekull, & Hagelin, 2007; Silva et al., 2015). Estudos realizados por Misri, Reebye, Milis e Shah (2006) e Sheinkopf e colaboradores (2005) referem que a sintomatologia psicopatológica está associada a níveis elevados de *stress* parental, o que poderá colocar em causa a qualidade da parentalidade.

Baião (2009), refere que as experiências que resultam do novo papel parental, podem ser vividas de um modo positivo e desencadear motivação e sentido de competência, mas podem também ser experienciadas de uma forma negativa, provocando frustração e *stress*.

De acordo com Abidin (1990), o *stress* parental resulta de acontecimentos considerados difíceis de gerir pelos pais, onde os recursos físicos e psicológicos que possuem são limitados. Quando estes acontecimentos ocorrem diversas vezes, podem levar ao surgimento de uma parentalidade disfuncional (Abidin & Santos, 2003), pautada por comportamentos parentais negativos (Mackler et al., 2015).

De acordo com Relvas (2005), as famílias tendem a manifestar níveis mais elevados de *stress* quando a estrutura familiar se modifica, surgindo novos papéis. As famílias passam por transições normativas, por vezes inesperadas, que desencadeiam situações de *stress*, devido à transição de um período para outro do ciclo vital.

Todavia, as práticas parentais são influenciadas por um conjunto de fatores concretos que, como refere Belsky (1984), englobam não só características pessoais ligadas aos pais, como também características dos filhos e características contextuais, que podem envolver *stress*. Os fatores stressantes são percebidos pelos pais como indutores desse estado, dependendo do modo como estes avaliam e percecionam as circunstâncias em que se encontram e os recursos de que dispõe para cumprir com as exigências do papel parental (Canavarro & Pedrosa, 2005; Santos, 1992; Santos, 2008b).

A família ou mesmo o sistema parental, por vezes, perante determinados problemas e crises não consegue encontrar mecanismos de *coping* apropriados, acabando por descompensar (Vaz Serra, 1999).

Abidin (1992) menciona que, por um lado, quando os níveis de *stress* parental são elevados estes podem comprometer a qualidade da parentalidade, prejudicando o desenvolvimento da criança. Por outro lado, quando os níveis de *stress* parental são adequados, este acaba por ser encarado como uma variável motivacional que promove o exercício de uma parentalidade positiva.

2. Famílias com filhos pequenos

De acordo com Alarcão (2006), o período que compreende os filhos em idade pré-escolar corresponde à segunda etapa do ciclo vital da família, “família com filhos pequenos”. A autora refere que, para alguns, esta fase é assinalada pelo nascimento do primeiro filho e, para outros, pelo nascimento de mais uma criança.

Com a nascimento do primeiro filho surgem dois sub-sistemas, o parental e o filial, e com eles múltiplas tarefas, responsabilidades e reajustamentos relacionais e familiares. Da díade passamos à tríade, onde o sub-sistema parental terá de articular e manter diferentes funções, não só a nível conjugal e pessoal, mas também no que toca ao próprio desenvolvimento dos filhos. Cada um de nós traz consigo um modelo específico de parentalidade, o que implica ter de reorganizar, dentro da nova família, dois modelos parentais, o maternal e o paternal, aprendidos durante a infância com a família de origem. Todavia, é necessário ter em atenção, como já referimos anteriormente, que nem todas as famílias se desenvolvem da mesma maneira, uma vez que podem existir diferentes tipos de famílias, como por exemplo, as monoparentais, o que obriga a uma reorganização familiar distinta da típica família nuclear (Alarcão, 2006). O importante é que, apesar das dificuldades que cada família possa enfrentar, o processo de crescimento da criança seja o mais adequado possível.

De acordo com Shala e Dharmo (2013), a idade pré-escolar pauta-se por um célere desenvolvimento da criança, onde ocorre uma série de adaptações a um mundo mais vasto, estendendo-se além do sistema familiar.

A criança adquire aptidões a nível mental e motor, desenvolve relações sociais, comunica mais facilmente com os outros, a sua personalidade começa a ganhar contornos, sente-se à vontade para explorar o “mundo” que a rodeia, adquirindo maior sentido de competência e independência, imaginação e curiosidade (Papalia et al., 2001).

De acordo com Freud (1914), por volta dos 3 anos de idade, a criança entra na fase fálica do desenvolvimento psicosssexual, no qual o pénis ou o clitóris constitui a zona erógena principal. A criança desenvolve uma atração pela figura parental do sexo oposto – nos meninos, aquilo a que chamamos de “Complexo de Édipo”, e nas meninas, recebe a designação de “Complexo de Electra”. A resolução do conflito passa por reprimir ou abandonar este desejo pelo progenitor do sexo oposto. É através do processo de identificação que a criança vai adotando valores, características e comportamentos do progenitor do mesmo sexo, importantes para a aquisição da sua identidade individual,

incluindo a de género (Papalia et al., 2001; Papalia & Feldman, 2013; Strecht, 2012). Quando a criança recebe recompensas de forma desajustada, isto é, pouca ou excessiva gratificação quer nesta fase, quer noutras, corre o risco de desenvolver o que Freud chama de “fixação”, que leva a uma interrupção no desenvolvimento. Portanto, a criança não progride de uma fase para outra, permanecendo envolvida numa fase particular, que poderá manifestar-se como “mal resolvida” na idade adulta (Papalia & Feldman, 2013).

A teoria da aprendizagem social refere que a identidade se desenvolve por meio da observação e da imitação de modelos e através do reforço de comportamentos adequados. A teoria social cognitiva de Bandura, que vem alargar os conhecimentos da anterior, afirma que a criança aprende e desempenha determinados papéis por meio da socialização. Quer isto dizer que a aprendizagem pode ocorrer através de experiências vicariantes, isto é, a criança ao observar o comportamento de outros e as recompensas que estes recebem, aprende os comportamentos que são tidos como comuns antes de executá-los. Pode assim observar vários modelos que lhe permite fazer escolhas sobre os seus próprios comportamentos (Feist & Feist, 2008; Papalia & Feldman, 2013).

Deste modo, se a criança integrar um comportamento desajustado com base num determinado modelo considerado significativo para si, como por exemplo, os pais ou os pares, a mesma tenderá a agir de modo semelhante.

Piaget refere que, durante esta idade, a criança encontra-se no estágio pré-operatório do desenvolvimento cognitivo (Papalia et al., 2001; Papalia & Feldman, 2013). Embora não seja capaz de pensar logicamente, a criança utiliza o pensamento simbólico, que lhe permite fazer representações mentais acerca das pessoas, dos objetos e dos acontecimentos (Papalia et al., 2001; Papalia & Feldman, 2013).. O pensamento simbólico verifica-se através da imitação diferida (representação mental de um acontecimento que observou), de “brincadeiras de faz de conta” (a partir de um objeto representa alguma coisa ou pessoa) e da linguagem (utiliza palavras para comunicar) (Papalia et al., 2001; Papalia & Feldman, 2013).

Erikson (1950; 1982) refere ainda que é durante a idade pré-escolar que ocorre a terceira crise do desenvolvimento psicossocial, que designa como “iniciativa *versus* culpa”. Por um lado, a criança deseja e planeia determinadas atividades e objetivos, que a tornam mais autónoma, e por outro, vê-se confrontada com certos condicionalismos morais que podem impedi-la de concretizar esses planos. Quando consegue resolver este conflito, a criança desenvolve a “virtude” da finalidade/propósito, que lhe confere a capacidade para alcançar objetivos, sem que se sinta inibida ou com receio de ser punida.

Neste contexto, a reação dos pais à curiosidade da criança assume-se decisiva para o desenvolvimento da autoconfiança e iniciativa que ela irá desenvolver durante esta fase. Portanto, os pais possuem um papel fulcral, onde reações negativas poderão levar à inibição, sentimentos de culpa, ansiedade e pouca iniciativa para explorar o meio que a rodeia (Papalia et al., 2001). De acordo com Bayer e colaboradores (2011), durante a idade pré-

escolar devem ser implementadas estratégias de intervenção que permitam ensinar aos pais como devem promover a saúde mental dentro das suas famílias, principalmente quando estas estão em situação de risco.

Cruz (1999) também refere que é durante esta idade que os pais começam a colocar regras ao modo como se devem comportar as crianças. Quando estas regras são desajustadas, muitas vezes por não saberem lidar com o comportamento das crianças, e quando existem acontecimentos stressantes na família, como o divórcio, o desemprego, a morte, a pobreza, entre outros, pode ter um impacto profundo e negativo, quer a nível físico, quer a nível emocional e comportamental no desenvolvimento da criança (Papalia et al., 2001).

Neste sentido, as mudanças que resultam da idade pré-escolar podem não proporcionar um trajeto adaptativo, condicionando o provável surgimento de problemas de adaptação comportamental e socioemocional (Campbell, 1995). Deste modo, assume-se cada vez mais necessário educar para a parentalidade, sendo que, quanto mais precoce for a intervenção, melhor serão as trajetórias de desenvolvimento das crianças (Bayer et al., 2011; Cruz, 1999).

3. Famílias em risco psicossocial

A família é a primeira rede de apoio à criança e, por isso, fundamental na sua vida. Todavia, existem situações em que a família, de acordo com o seu funcionamento e dinâmica, pode evidenciar fatores de proteção ou de risco (Pérez-Padilla et al., 2017; Takahara et al., 2017). De acordo com Figueiredo dos Santos, Alberto e Marques (2016), o modo como as famílias funcionam (em termos do exercício do papel parental, dos vínculos estabelecidos, dos conflitos familiares, existência de crime entre pais e irmãos, etc.), bem como as suas condições sociais (rede de apoio, situação de pobreza ou outras) podem ser consideradas fatores de risco ou de proteção consoante o modo com estas são experienciadas. Os fatores de proteção dizem respeito a um funcionamento familiar adequado e à existência de vínculos afetivos, que permitem o crescimento e o desenvolvimento de cada indivíduo, evitando a ocorrência de problemas sociais (Fernandes, 2011; Siqueira & Dell’Aglia, 2007; Takahara et al., 2017). Por outro lado, os fatores de risco, como a negligência, maus-tratos, situações de pobreza, instabilidade emocional, isolamento social, estilos parentais autoritários ou permissivos, consumo de substâncias psicoativas, entre outros, dizem respeito a contextos considerados problemáticos e com dinâmicas familiares adversas, tendo por isso um impacto negativo no desenvolvimento e funcionamento das crianças (Alarcão, 2006; Fernandes, 2011; Papalia, Olds, & Feldman, 2001; Takahara et al., 2017).

Quando as famílias não são capazes de promover bem-estar e assegurar o desenvolvimento dos seus membros, em especial dos filhos, podemos estar perante famílias em situação de risco psicossocial (García et al., 2009;

Menéndez, Hidalgo, Jiménez, Lorence, & Sánchez, 2010; Rodrigo, Máiquez, Correa, Martín, & Rodríguez, 2006; Pérez-Padilla et al., 2017). Tendencialmente, não conseguem suprir eficazmente as necessidades básicas das crianças, comprometendo o seu desenvolvimento físico e psicológico (López, 2008; Nunes & Ayala-Nunes, 2015; Sousa, Hespanha, Rodrigues, & Grilo, 2007). Contudo, este aspeto não é considerado suficiente para que estas crianças sejam retiradas do meio familiar (Pérez-Padilla & Álvarez-Dardet, 2014), sendo necessário existir uma série de fatores que as coloquem em risco.

Rodrigo e colaboradores (2006) apontam para a necessidade de distinguir fatores de risco contextuais e proximais. Os primeiros associados a características sociodemográficas, como o nível de escolaridade, o tipo de família (por exemplo, monoparentais), e os segundos relativos a fatores que permitem verificar a qualidade dos cuidados prestados (o tipo de relacionamento existente entre pais e filhos, as práticas educativas parentais adotadas, entre outros).

Todavia, é necessário ter em consideração que fatores de risco podem ter um impacto desigual consoante cada indivíduo, uma vez que as respostas dadas às dificuldades com que estes se deparam podem ser distintas e vistas com menor ou maior grau de complexidade.

As famílias que vivem em contextos considerados de risco, devido à carência de recursos e apoios, tendem a encontrar problemas quanto ao desempenho eficaz da sua função parental (Fernandes, 2011; Nunes & Ayala-Nunes, 2015; Nunes, Lemos, Ayala-Nunes, & Costa, 2013).

Alguns autores (Coleman & Karraker, 1997; Raikes & Thompson, 2005) referem que os progenitores de famílias em situação de risco tendem a sentir-se menos competentes no seu papel enquanto mães ou pais. Onde indicadores negativos na dimensão eficácia e satisfação parental nestas famílias estão relacionados com maiores índices de depressão e *stress* parental (Coleman & Karraker, 1997). O *stress* parental é apontado como uma das principais características que qualificam as famílias em risco (Raikes e Thompson, 2005) e pode explicar o mau desempenho das funções parentais (Pérez-Padilla et al., 2017)

Quando os pais não conseguem controlar e gerir os seus problemas e conflitos, acabam por não proteger os seus filhos, gerando situações de negligência e, em alguns casos, de abandono (Alarcão, 2006).

No tópico *Famílias com filhos pequenos*, abordamos o sub-sistema fraternal, no qual valências como a cooperação, a competição e a solidariedade são desenvolvidos. Contudo, de acordo com Alarcão (2006), parece verificar-se nas famílias em situação de risco psicossocial um menor desenvolvimento dos aspetos referidos anteriormente.

De um modo geral, estas famílias são caracterizadas como pouco flexíveis, onde as crises que vivem não são transformadas em oportunidades de crescimento e de mudança, o que, muitas vezes, conduz à desorganização e ao mau funcionamento do sistema familiar (Alarcão, 2006).

As famílias em risco psicossocial tendem a ser associadas a uma maior vulnerabilidade económica e educacional (Pérez-Padilla et al., 2017) o que

indica que os pais poderão demonstrar menor competência parental (Silva, 2009). Embora vários estudos apontem que a maioria das famílias em situação de risco em Portugal apresentam dificuldades socioeconómicas (Matos & Sousa, 2004, 2006; Sousa & Ribeiro, 2005), outros estudos apontam para a importância de que ainda existem poucas evidências empíricas que permitam definir e compreender este tipo de famílias (García et al., 2009; Pérez-Padilla et al., 2017).

Segundo Rodríguez e colaboradores (2006), pais pertencentes a famílias em risco costumam enfrentar circunstâncias de vida adversas e por isso encontram-se suscetíveis a experienciar situações de maior *stress*. O *stress* parental está ligado a eventos de vida negativos, tais como o abuso de substâncias psicoativas, maus-tratos na infância e vida adulta, problemas de saúde física e psicológica (Rodríguez et al., 2006; Takahara et al., 2017). Portanto, as famílias em situação de risco enfrentam elevados níveis de *stress* como consequência de trajetórias de vida mais difíceis e de circunstâncias que o meio onde estas estão inseridas lhes impõe (Pérez-Padilla & Álvarez-Dardet, 2014).

O funcionamento desadequado do sistema familiar varia desde a instabilidade organizacional à emocional, tornando estas famílias incapazes de satisfazer as necessidades de desenvolvimento individual e familiar dos seus membros (Sousa, 2005; Silva, 2009). Contudo, apesar de serem famílias que têm de responder a diversas adversidades, estas não deixam de procurar soluções, demonstrando capacidade para resolver problemas (Sousa & Ribeiro, 2005; Sousa et al., 2007).

Nesta investigação, o “risco psicossocial” é entendido como uma problemática que afeta o desempenho eficaz das funções parentais, não conseguindo os pais suprir com qualidade e eficácia as necessidades dos seus filhos.

Neste contexto, o objetivo central do trabalho passa por identificar as variáveis associadas às mães ou pais de famílias em risco psicossocial, com filhos em idade pré-escolar. As variáveis sociodemográficas estudadas incluem a idade, sexo, estado civil, coabitação familiar, número de filhos, anos de escolaridade completa, situação laboral, rendimento líquido mensal pessoal e do agregado familiar; as variáveis comportamentais/sintomáticas incluem o consumo de substâncias psicoativas e os problemas com a justiça.

II – Estudo empírico: Metodologia

1. Objetivos

De forma a clarificar a problemática em estudo, o objetivo principal da investigação passa por aferir a perceção de competência parental em relação à educação dos filhos em famílias em risco psicossocial, nomeadamente: (1) conhecer as dimensões ligadas à competência parental e as relações desta variável com os estilos parentais, o *stress* parental e os sintomas

psicopatológicos mais frequentes nestes participantes (Escala de Sentido de Competência Parental, Questionário de Estilos e Dimensões Parentais – Versão Reduzida, Índice de Stress Parental – Forma Reduzida e Inventário de Sintomas Psicopatológicos); (2) explorar as diferenças e as possíveis relações entre as dimensões da competência parental e as variáveis sociodemográficas (idade, sexo, estado civil, coabitação familiar, número de filhos, anos de escolaridade completa, situação laboral, rendimento líquido mensal pessoal e do agregado familiar) e comportamentais/sintomáticas (consumo de substâncias psicoativas e problemas com a justiça) (Questionário sociodemográfico); (3) perceber o contributo das variáveis sociodemográficas e comportamentais/sintomáticas, bem como os estilos parentais (QEDP – VR), *stress* parental (ISP – FR) e sintomas psicopatológicos (BSI) na competência parental (PSOC).

2. Amostra

A amostragem foi do tipo não-probabilística intencional, onde os participantes foram escolhidos por terem uma ou mais características específicas, únicas e raras para o estudo (Etikan et al., 2016). Os critérios de inclusão adotados foram os seguintes: pais que pertençam a famílias com dificuldades psicossociais, de nacionalidade portuguesa, entre os 20 e os 45 anos de idade, com pelo menos um(a) filho(a), entre os 3 e os 6 anos (idade pré-escolar). Quanto aos critérios de exclusão, estes abrangeram pais não naturais de Portugal, com residência em Portugal de 6 ou menos anos e pais que não habitassem com os seus filhos. A identificação e seleção destes pais foi feita com a colaboração de associações de apoio e intervenção social de quatro localidades de Portugal: Coimbra, Porto, Funchal e Ponta Delgada. Os critérios para avaliar as dificuldades psicossociais destas famílias foram aplicados pelas instituições.

Na Tabela 1 apresentamos a caracterização sociodemográfica e comportamental da amostra. Dos 117 questionários aplicados, 8 foram excluídos do estudo, uma vez que se encontravam incompletos. Assim, o total da amostra corresponde a 109 pais ($N = 109$), 71 mães e 38 pais, com um rendimento mensal do agregado familiar entre 180€ e 1300€ por mês.

Tabela 1
Caracterização sociodemográfica e comportamental da amostra em função da variável sexo

	Feminino (n=71)				Masculino (n = 38)				Totais (N = 109)			
	n	%	M	DP	n	%	M	DP	n	%	M	DP
Idade			33.83	5.897			40.29	5.130			36.08	6.412
Estado civil												
Casado/ União de facto/coabitação	47	68.1%			22	31.9%			69	63.3%		
Separado/Divorciado	17	60.7%			11	39.3%			28	25.7%		
Solteiro	7	58.3%			5	41.7%			12	11%		
Anos de escolaridade	49	57.6%			36	42.4%	6.21	2.601	85	78%		
4-9 anos	18	94.7%	8.49	3.166	1	5.3%			19	17.4%	7.70	3.164
10-12 anos	4	80%			1	20%			5	4.6%		
15 anos												
Situação laboral												
Empregado	42	61.8%			26	38.2%			68	62.4%		
Desempregado	29	70.7%			12	29.3%			41	37.6%		
Coabitação familiar												
2 pessoas	8	40%	4.32	1.381	12	20%	3.45	1.329	20	18.3%	3.91	1.602
3-7 pessoas	63	70.8%			26	29.2%			89	81.7%		
Nº de filhos			2.37	1.085			1.84	1.053			2.18	1.099
Rendimento pessoal												
≤500€	49	62.8%	425,44€	155.352	29	37.2%	427,37€	143.458	78	71,6%	426.12€	150.645
>500€	22	71%			9	29%			31	28,4%		
Rendimento do agregado												
≤500€	19	57.6%	749.05€	261.290	14	42.4%	679.62€	280.630	33	30.3%	724,85€	268.953
>500€	52	68.4%			24	31.6%			76	69.7%		
Consumo de substâncias psicoativas												
Sim	2	11.8%			15	88.2%			17	15.6%		
Não	69	75%			23	25%			92	84.4%		
Problemas com a justiça												
Sim	2	40%			3	60%			5	4.6%		
Não	69	66,3%			35	33.7%			104	95.4%		

N = total de sujeitos da amostra; M = média; DP = desvio padrão

3. Instrumentos de avaliação

3.1. Questionário sociodemográfico e comportamental

Este questionário foi elaborado especificamente para este estudo, com o objetivo de obter informação detalhada de cada participante. Divide-se em duas partes: uma parte dedicada às variáveis sociodemográficas e outra parte dedicada às variáveis comportamentais/sintomáticas. A primeira parte abrange informações relativas a: sexo, idade, estado civil, anos de escolaridade completa, situação laboral, coabitação familiar, número de filhos, rendimento líquido mensal pessoal e rendimento total daqueles que coabitam no mesmo espaço (rendimento líquido mensal do agregado

familiar). Esta parte engloba ainda uma parte relativa ao/à companheiro/a (sexo, idade, anos de escolaridade completa, situação laboral) e à criança (sexo e idade). A segunda parte compreende informações comportamentais: consumo de substâncias psicoativas e problemas com a justiça. O questionário engloba ainda uma parte relativa ao/à companheiro/a (consumo de substâncias psicoativas, doença médica crónica e/ou psicológica, problemas com a justiça) e à criança (doença médica crónica e/ou psicológica).

3.2. Escala de Sentido de Competência Parental

A *Escala de Sentido de Competência Parental – PSOC*, originalmente concebida por Johnston e Mash (1989) – *Parenting Sense of Competence Scale*, encontra-se adaptada e validada para a população portuguesa, desde 2007, por Seabra-Santos e Pimentel. O instrumento é constituído por 17 itens e avalia a auto-perceção geral de competência parental de pais com crianças entre os 4 e os 9 anos, tendo em conta duas dimensões: (1) eficácia, dimensão instrumental que corresponde à competência, à habilidade na resolução de problemas e à capacidade no exercício do papel parental; (2) satisfação, dimensão afetiva que diz respeito à frustração, ansiedade e motivação parental (Johnston & Mash, 1989).

Os itens devem ser respondidos de acordo com uma escala de tipo *Likert* que varia entre 5 – “Concordo plenamente” a 1 – “Discordo totalmente” (Beck, Daley, Hastings, & Stevenson, 2004). Por conseguinte, o resultado total e os resultados para cada uma das subescalas são obtidos através da soma das cotações dos itens correspondentes. Para a cotação das subescalas, os itens da subescala eficácia são cotados de forma direta (itens 1, 4, 6, 10, 11, 13 e 16). Os restantes itens, pertencentes à subescala satisfação, são cotados de modo inverso (itens 2, 3, 5, 7, 8, 9, 12, 14 e 15). Quanto ao cálculo do resultado total, somam-se os primeiros 16 itens e o item 17, que não pertence a nenhuma das subescalas (Johnston & Mash, 1989).

No estudo de análise das características psicométricas da *PSOC* de Johnston e Mash (1989), a escala revelou índices razoáveis de consistência interna (alfa de Cronbach de .79 para a escala total, .75 para a dimensão Satisfação e .76 para a dimensão Eficácia) (Johnston & Mash, 1989). Num outro estudo psicométrico realizado em Portugal, por Seabra-Santos et al. (2015), que confirmou a estrutura bifatorial do instrumento, a escala total, bem como as subescalas Eficácia e Satisfação, também obtiveram alfas de Cronbach razoáveis, com valores superiores a .70.

Na nossa investigação, a *PSOC* revelou coeficientes de alfa de Cronbach² bons ou mesmo muito bons (Pestana & Gageiro, 2014), com valores de .88 na dimensão eficácia, .91 na dimensão satisfação e .89 no total da escala.

² Os valores e alfa de Cronbach foram interpretados de acordo com os critérios de Pestana e Gageiro (2014): < .60 – inadmissível; .60 a .70 - fraca; entre .70 e .80 razoável; entre .80 e .90 boa; > a .90 muito boa.

3.3. Questionário de Estilos e Dimensões Parentais – Versão Reduzida

O *Questionário de Estilos e Dimensões Parentais – Versão Reduzida (QEDP – VR)* de Miguel, Valentim e Carugati (2009), é uma adaptação para a população portuguesa do *Parenting Styles and Dimensions Questionnaire – Short Form* (Robinson, Mandleco, Olsen, & Hart, 2001). O questionário é composto por 32 itens, os quais permitem avaliar a frequência de determinados comportamentos adotados pelos pais/mães junto dos seus filhos (Miguel, Valentim, & Carugati, 2009).

Os itens são respondidos de acordo com uma escala de tipo Likert que varia entre 1 – “Nunca” a 5 – “Sempre”. O *QEDP – VR* é constituído por três estilos parentais: o democrático, o autoritário e o permissivo. O estilo democrático inclui dimensões de Apoio e Afeto (itens 1, 7, 12, 14 e 27), Regulação (itens 5, 11, 25, 29 e 31) e Cedência de Autonomia (3, 9, 18, 21 e 22). Por sua vez, o estilo autoritário inclui dimensões de Coerção Física (itens 2, 6, 19 e 32), Hostilidade Verbal (itens 13, 16, 23 e 30) e Punição (itens 4, 10, 26 e 28). Por último, o estilo permissivo é constituído por uma única dimensão, a Indulgência (itens 8, 15, 17, 20 e 24). O instrumento facultava resultados totais para cada um dos 3 estilos, através da soma dos itens das dimensões que lhes são correspondentes (Miguel, Valentim, & Carugati, 2009).

No que diz respeito às qualidades psicométricas da versão original do *PSDQ – SF*, de Robinson, Mandleco, Olsen e Hart (2001), a consistência interna revelou-se boa nos estilos democrático e autoritário (.86 e .82, respetivamente). Quanto ao estilo permissivo, este obteve um coeficiente de .64, considerado fraco, possivelmente pelo reduzido número de itens. No que diz respeito ao estudo psicométrico do *QEDP – VR*, este apresentou valores semelhantes ao estudo original, .82 para o estilo democrático, .80 para o autoritário e .63 para o permissivo (Miguel, Valentim, & Carugati, 2009).

Verificámos que os alfas de Cronbach na nossa investigação variam entre o muito bom e o razoável (Pestana & Gageiro, 2014), .93 para o estilo democrático, .87 para o estilo autoritário e .72 para o estilo permissivo.

3.4. Índice de Stress Parental – Forma reduzida

O *Índice de Stress Parental – Forma reduzida (ISP – FR)*, originalmente construído por Richard Abidin (1995) – *Parenting Stress Index*, foi traduzido e adaptado para a população portuguesa em 2008 por Santos. É um questionário de autorresposta que avalia o *stress* parental e é constituído por 36 itens (Santos, 2008a; Santos, 2011).

Os indivíduos respondem de acordo com uma escala tipo *Likert* de 5 pontos que varia de 5 – “concordo completamente” a 1 – “discordo completamente” (Santos, 2008a). O *ISP – FR* integra três subescalas, cada uma composta por 12 itens. As três subescalas remetem para o pai/mãe (“Dificuldade Parental” – itens 1 a 12), a interação figura parental-criança (“Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança” – itens 13 a 24) e para a criança

(“Criança Difícil” – itens 25 a 36). O instrumento facultava resultados para cada uma das três subescalas e, do mesmo modo, permite obter uma pontuação para a escala total através da soma das pontuações de todos os itens (indicativo do nível global de *stress* vivido pela figura parental) (Santos, 2008a). Por conseguinte, através da soma das cotações dos itens correspondentes, é possível obter resultados para cada uma das subescalas e para a escala total.

A versão portuguesa do *ISP – FR* revelou uma consistência interna razoável, com valores de coeficiente de alfa de Cronbach de .71 e .77 para a subescala Criança Difícil e subescala Interação Disfuncional Mãe/Pai-Criança, respetivamente. Obteve ainda coeficientes bons de .82 para a subescala Dificuldade Parental e .89 para o resultado Total (Santos, 2008a). Num outro estudo, também da versão *ISP – FR*, a escala total apresentou uma boa consistência interna, .88 (Santos, 2011).

No nosso estudo, o *ISP- FR* revelou coeficientes de alfa de Cronbach bons ou mesmos muitos bons (Pestana & Gageiro, 2014), .92 para as subescalas “dificuldade parental” e “criança “difícil”, .90 para a subescala “interação disfuncional mãe/pai-criança” e .96 para o total da escala.

3.5. Inventário de Sintomas Psicopatológicos

O Inventário de Sintomas Psicopatológicos ou, em inglês, *Brief Symptom Inventory (BSI)* é uma versão abreviada do *Symptom Checklist-90 (SCL-90)*, traduzida e adaptada para a população portuguesa por Canavarro, em 1995. É um instrumento constituído por 53 itens, que avalia nove dimensões de sintomatologia psicopatológica, nomeadamente, somatização (itens 2, 7, 23, 29, 30, 33 e 37), obsessões-compulsões (itens 5, 15, 26, 27, 32 e 36), sensibilidade interpessoal (itens 20, 21, 22 e 42), depressão (itens 9, 16, 17, 18, 35 e 50), ansiedade (itens 1, 12, 19, 38, 45 e 49), hostilidade (itens 6, 13, 40, 41 e 46), ansiedade fóbica (itens 8, 28, 31, 43 e 47), ideação paranóide (itens 4, 10, 24, 48 e 51) e psicoticismo (itens 3, 14, 34, 44 e 53). Os indivíduos classificam, numa escala tipo *Likert*, a frequência de determinados sintomas durante a última semana, que varia de 0 – “Nunca” a 4 – “Muitíssimas vezes” (Almeida et al., 2008).

O inventário facilita a obtenção de resultados para três índices globais que permitem avaliar a perturbação emocional, são eles: Índice Geral de Sintomas, Índice de Sintomas Positivos (ou Índice de Mal-estar) e Total de Sintomas Positivos (Almeida et al., 2008). O Índice Geral de Sintomas (IGS), apresenta uma pontuação combinada que mede a intensidade do mal-estar experienciado com o número de sintomas assinalados. Por sua vez, o Índice de Sintomas Positivos (ISP) representa a intensidade média de todos os sintomas assinalados como presentes. Relativamente ao Total de Sintomas Positivos (TSP), este é o resultado da soma de todos os itens com resposta positiva, isto é, maior que zero (Canavarro, 2007). Os itens 11, 25, 39 e 52 não pertencem a uma nenhuma dimensão específica, mas são relevantes do ponto de vista clínico e, por esse motivo, são tidos em conta nas cotações dos três índices globais (Almeida et al., 2008).

Importa ainda referir que o ISP é considerado o melhor indicador único de sintomas psicopatológicos nesta medida, tendo o limiar de 1.7 sido tomado como indicador de risco (Canavarro, 2007).

Os estudos psicométricos efetuados com a versão portuguesa do *BSI* (Canavarro, 1999), indicaram valores adequados de consistência interna para as nove subescalas, com valores de alfa entre .62 (psicoticismo) e .80 (somatização). Estudos mais recentes revelam que as características psicométricas do *BSI* são razoáveis, situando-se no intervalo .70 e .80, excepto para as escalas de ansiedade fóbica e psicoticismo, que apresentam valores ligeiramente inferiores (Canavarro, 2007).

Na nossa investigação, apenas duas dimensões obtiveram valores na consistência interna entre o bom e o razoável (Pestana & Gageiro, 2014), .84 para a depressão e .76 para a sensibilidade interpessoal, respetivamente. As restantes dimensões psicopatológicas revelaram ser fracas ou inadmissíveis, .55 para a somatização, .64 para as obsessões-compulsões, .67 para a ansiedade, .57 para a hostilidade, .53 para a ansiedade fóbica, .64 para a ideação paranóide e .43 para o psicoticismo.

4. Procedimentos

4.1. Procedimento de recolha de dados

Para cumprir os objetivos propostos pela investigação, procedeu-se ao envio de um pedido de autorização a instituições de apoio e intervenção social que trabalhassem com famílias em risco psicossocial (nomeadamente em famílias com grandes dificuldades financeiras), aos quais seriam aplicados os questionários.

Elaborou-se um consentimento informado dirigido a pais (mãe ou pai), onde foi garantida a confidencialidade e anonimato dos dados recolhidos. Concedida a autorização, foram agendados os dias e as horas para a aplicação dos questionários, consoante a disponibilidade dos participantes.

Aquando da aplicação dos instrumentos, estiveram presentes, além dos participantes, uma investigadora e, por vezes, assistentes responsáveis pela instituição, com exceção da aplicação dos questionários em Ponta Delgada (Açores), onde contámos com o apoio de uma colega do curso. Foram apresentados oralmente os objetivos do estudo e como deveriam proceder ao preenchimento dos questionários. Os indivíduos responderam aos questionários entre 30 a 50 minutos.

4.2. Procedimentos estatísticos

Para a análise dos dados do presente estudo, utilizou-se o programa de análise estatística *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), versão 22.0 para Windows.

Num primeiro momento, procedemos ao cálculo da normalidade da amostra, através do teste de *Kolmogorov-Smirnov* para verificarmos se a amostra apresenta uma distribuição normal o que não se verificou. Foram

calculados, ainda, os índices de assimetria (Sk) e curtose (Ku), e verificando-se que as variáveis não apresentaram valores indicativos de violações severas à distribuição normal, optámos pela utilização de testes paramétricos (Pestana & Gageiro, 2014). Foram também calculados e reportados os valores de d de Cohen, uma vez que os valores de p dos resultados dos testes estatísticos não informam sobre a magnitude das diferenças. Neste sentido, utilizámos as diretrizes estipuladas por Cohen (1988) para o tamanho do efeito da amostra: $d \geq 0.20 < 0.50$ (pequeno); $d \geq 0.50 < 0.80$ (médio); $d \geq 0.80$ (grande).

De seguida, realizámos uma análise descritiva dos instrumentos *PSOC*, *QEDP – VR*, *ISP – FR* e *BSI*, envolvendo o cálculo das medidas de tendência central (média) e medidas de dispersão (desvio-padrão).

Com o objetivo de verificar se existem diferenças significativas da competência parental em função das variáveis sociodemográficas e comportamentais, foram utilizados o t de *student* para amostras independentes, o teste não paramétrico de Mann-Whitney e de Kruskal-Wallis.

Determinou-se, ainda, o coeficiente de correlação de r de Pearson para testar as relações da *PSOC* e das variáveis sociodemográficas e comportamentais, bem como as relações entre as dimensões da *PSOC*, do *QEDP – VR*, do *ISP – FR* e do *BSI*. Para a classificação das correlações baseámo-nos nos critérios de Pestana e Gageiro (2014): baixas entre .20 e .39; moderadas entre .40 e .69; altas entre .70 e .89; e, muito altas acima de .90.

Efetuámos também análises de regressão múltipla hierárquica, pelo método *enter*, incluindo no primeiro bloco a variável sexo, no segundo bloco as variáveis idade e rendimento líquido mensal do agregado familiar, no terceiro bloco as variáveis idade, rendimento líquido mensal do agregado familiar e anos de escolaridade completa, no quarto bloco as variáveis idade, rendimento líquido mensal do agregado familiar, anos de escolaridade completa e rendimento líquido mensal pessoal e no quinto bloco as variáveis idade, rendimento líquido mensal do agregado familiar, anos de escolaridade completa, rendimento líquido mensal pessoal e coabitação familiar.

III – Resultados

1. Análise descritiva dos instrumentos

Na Tabela 2 são apresentados os resultados para as estatísticas descritivas dos instrumentos (médias e desvios padrão totais). Nesta tabela é também apresentado um primeiro estudo através do teste t de *student* para amostras independentes. No caso, pretende-se comparar as diferenças observadas nos instrumentos utilizados na nossa investigação (*PSOC*, *BSI*, *QEDP – VR* e *ISP – FR*) entre homens e mulheres. Verificámos que houve diferenças significativas na dimensão satisfação ($t(107) = 2.102$, $d = 0.44$, $p = .040$), onde os homens apresentam uma pontuação média mais elevada ($M = 25.58$; $DP = 6.55$). Relativamente aos estilos parentais (*QEDP – VR*),

constatámos que existem diferenças significativas no Estilo Democrático ($t(107) = -5.173$, $d = 1.02$, $p = .000$), bem como nas suas dimensões, tendo o sexo feminino evidenciado uma média mais elevada ($M = 59.23$; $DP = 9.19$).

Os restantes instrumentos não revelaram diferenças significativas quanto ao sexo dos pais da nossa amostra, pelo que os resultados não foram apresentados. Todavia, considerámos pertinente referir que relativamente à sintomatologia psicopatológica (*BSI*), o Índice de Sintomas Positivos (ISP), considerado o melhor indicador único de sintomatologia psicopatológica (Canavarro, 2007), na nossa amostra não ultrapassou o ponto de corte de 1.7 ($M = 1.53$).

Tabela 2

Análise das diferenças dos instrumentos PSOC, BSI, QEDP – VR e ISP – FR em função da variável sexo

	Masculino ($n = 38$)		Feminino ($n = 71$)		t	d	Totais	
	M	DP	M	DP			M	DP
PSOC								
Eficácia	23.47	3.83	23.13	4.18	.425	0.08	23.25	4.05
Satisfação	25.58	6.55	23.03	4.95	2.102*	0.44	23.92	5.66
PSOC Total	52.66	8.88	49.56	7.35	1.837	0.38	50.64	8.02
BSI								
Somatização	.36	.36	.37	.33	-.039	0.03	.36	0.33
Obsessões- compulsões	.79	.61	.72	.48	.676	0.13	.75	0.53
Sensibilidade interpessoal	.68	.69	.71	.60	-.263	0.05	.70	0.63
Depressão	.71	.77	.94	.76	-1.476	0.30	.85	0.77
Ansiedade	.73	.55	.89	.59	-1.355	0.28	.83	0.58
Hostilidade	.64	.50	.53	.45	1.183	0.23	.57	0.47
Ansiedade fóbica	.27	.37	.29	.35	-.247	0.06	.28	0.35
Ideação paranóide	.97	.46	1.01	.65	-.360	0.07	.99	0.59
Psicoticismo	.35	.41	.47	.43	-1.329	0.29	.42	0.42
IGS	.61	.36	.68	.36	-.926	0.19	.66	0.36
TSP	20.97	9.66	22.76	9.59	-.921	0.19	22.08	9.57
ISP	1.49	.31	1.55	.35	-.812	0.18	1.53	0.34
QEDP – VR								
Estilo democrático	49.26	10.28	59.23	9.19	-5.173***	1.02	55.75	10.66
Apoio e afeto	17.79	3.57	21.30	2.82	-5.625***	1.09	20.07	
Regulação	16.24	3.46	19.34	3.68	-4.277***	0.87	18.26	3.51
Cedência de autonomia	15.24	4.12	18.59	3.64	-4.377***	0.86	17.42	3.89
Estilo autoritário	25.74	5.79	25.25	8.24	.357	0.07	25.42	4.12
Coersão	8.18	2.13	7.90	2.89	.531	0.11	8.00	7.45
física	9.37	2.61	10.01	3.59	-1.074	0.20	9.79	2.64
Hostilidade								3.29
verbal	8.18	2.18	7.34	2.63	1.696	0.35	7.63	
Punição	13.42	3.78	12.70	3.64	.967	0.20	12.95	2.50
Estilo permissivo								3.68

ISP – FR								
Dificuldade	32.08	11.05	33.70	10.7	-0.744	0.15	33.14	10.8
parental	28.61	9.41	27.75	8	.467	0.09	28.05	5
Interação disf.				9.02				9.12
mãe/pai-criança	31.16	10.33	31.72		-0.272	0.05	31.52	
Criança difícil	91.84	29.16	93.17	10.2	-0.234	0.05	92.71	10.2
ISP - Total				27.7				28.1
				3				1

t = t de student; d = d de Cohen; p = valor de significância (* $p < .05$; *** $p < .001$); Ponto de corte (ISP) = 1.7

2. Análise das diferenças da competência parental em função de variáveis sociodemográficas e comportamentais

Na Tabela 3 procedemos ao cálculo do teste t de *student* para amostras independentes, de modo a compararmos as diferenças das dimensões da competência parental (PSOC) em função da situação laboral dos pais. No que respeita à situação laboral, os resultados indicam que existem diferenças significativas na dimensão “eficácia” ($t(107) = -1.587$, $d = 0.39$, $p = .007$), onde as mães empregadas apresentam uma pontuação média mais elevada ($M = 23.81$, $DP = 3.55$), não existindo resultados significativos para o sexo masculino em nenhuma das dimensões da PSOC. Relativamente aos pais no geral, houve diferenças significativas na dimensão “satisfação” ($t(107) = 2.718$, $d = 0.55$, $p = .008$), onde os pais empregados revelaram a pontuação média mais elevada ($M = 25.03$; $DP = 5.81$). A “competência parental total” também apresentou diferenças significativas ($t(107) = 2.861$, $d = 0.57$, $p = .005$), na qual os pais empregados demonstraram novamente um resultado médio mais elevado ($M = 52.29$; $DP = 7.86$).

Tabela 3

Análise de diferenças da competência parental (PSOC) em função da variável situação laboral

Competência parental	Mães					
	Empregado ($n = 42$)		Desempregado ($n = 29$)		t	d
	M	DP	M	DP		
Eficácia	23.81	3.55	22.14	4.85	-1.587	0.39**
Satisfação	23.90	4.88	21.76	4.85	-1.826	0.44
Competência parental total	51.19	6.88	47.21	7.49	-2.313	0.55
Competência parental	Pais					
	Empregado ($n = 26$)		Desempregado ($n = 12$)		t	d
	M	DP	M	DP		
Eficácia	23.58	3.85	23.25	3.96	-0.241	0.08
Satisfação	26.85	6.76	22.83	5.32	-1.810	0.66
Competência parental total	54.08	9.08	49.58	7.95	-1.472	0.53

	Totais					
	Empregado		Desempregado			
	(n = 68)		(n = 41)			
Eficácia	23.72	3.64	22.46	4.58	1.495	0.30
Satisfação	25.03	5.81	22.07	4.95	2.718	0.55**
Competência parental total	52.29	7.86	47.90	7.61	2.861	0.57**

A Tabela 4 apresenta também a análise realizada com o teste *t* de *student* para amostras independentes para avaliar as diferenças das dimensões da competência parental (PSOC) em função do rendimento líquido mensal pessoal – rendimento correspondente ao pai/mãe que respondeu ao questionário. Os resultados revelaram que ao contrário dos pais do sexo masculino, que não demonstraram quaisquer dados estatisticamente significativos, as mães apresentaram diferenças significativas na dimensão “eficácia” ($t(107) = -4.182, d = 1.00, p = .006$). No que diz respeito aos totais, os resultados indicam que existem diferenças significativas na dimensão “eficácia” ($t(107) = -3.932, d = 0.78, p < .001$) e na “competência parental total” ($t(107) = -2.526, d = 0.55, p = .013$).

Tabela 4

Análise de diferenças da competência parental (PSOC) com o t de student em função da variável rendimento líquido mensal pessoal

	Mães					
	≤500€		>500€			
	(n = 49)		(n = 22)			
Competência parental						
Eficácia	22.00	4.17	25.64	2.97	-4.182	1.00***
Satisfação	22.41	4.83	24.41	5.05	-1.593	0.40
Competência parental total	47.67	6.91	53.77	6.63	-3.480	0.90
	Pais					
	≤500€		>500€			
	(n = 29)		(n = 9)			
Competência parental						
Eficácia	23.21	4.06	24.33	3.04	-.766	0.31
Satisfação	25.66	6.36	25.33	7.52	.127	0.05
Competência parental total	52.45	8.88	53.33	9.41	-.258	0.10
	Totais					
	≤500€		>500€			
	(n = 78)		(n = 31)			
Competência parental						
Eficácia	22.45	4.15	25.26	3.00	-3.932	0.78***
Satisfação	23.62	5.63	24.68	5.75	-.883	0.19
Competência parental total	49.45	7.99	53.65	7.38	-2.526	0.55*

Do mesmo modo, na Tabela 5 são apresentados os resultados para a análise com o teste *t* de *student* para amostras independentes, com o intuito de compararmos as diferenças das dimensões da competência parental em função do rendimento líquido mensal do agregado familiar, isto é, o rendimento mensal total de todos aqueles que habitam no mesmo espaço/casa e possuem

entre si uma relação de parentesco. Verificámos, apenas, diferenças significativas para os totais na dimensão “eficácia” ($t(107) = 2.759$, $d = 0.57$, $p = .007$), onde o rendimento líquido mensal inferior ou igual a 500€ obteve uma pontuação média mais elevada ($M = 26.12$; $DP = 5.64$).

Tabela 5

Análise de diferenças da competência parental (PSOC) com o *t* de student em função da variável rendimento líquido mensal do agregado familiar

	Mães					
	≤500€ (n = 19)		>500€ (n = 52)			
Competência parental						
Eficácia	22.16	4.25	23.48	4.14	.591	0.31
Satisfação	24.68	5.54	22.42	4.63	-1.185	0.44
Competência parental total	50.42	7.40	49.25	7.38	1.729	0.16
	Pais					
	≤500€ (n = 14)		>500€ (n = 24)			
Competência parental						
Eficácia	24.21	4.10	23.04	3.69	.908	0.30
Satisfação	28.07	5.37	24.13	6.83	1.851	0.64
Competência parental total	56.07	8.54	50.67	8.64	1.869	0.63
	Totais					
	≤500€ (n = 33)		>500€ (n = 76)			
Competência parental						
Eficácia	26.12	5.64	22.96	5.43	2.759	0.57**
Satisfação	23.03	4.25	23.34	3.98	-.368	0.08
Competência parental total	52.82	8.27	49.70	7.77	1.889	0.39

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

Como alternativa ao teste *t* de student para amostras independentes, na Tabela 6 utilizou-se o teste não paramétrico de Mann-Whitney, dada a assimetria no tamanho das amostras. Assim, pretendemos verificar se existem diferenças nas dimensões da competência parental em função da coabitação familiar (todos aqueles que habitam no mesmo espaço/casa e que possuem entre si um grau de parentesco, neste caso pai ou mãe e uma criança). Os resultados revelaram que, relativamente às mães, existem diferenças estatisticamente significativas apenas na dimensão "satisfação" ($U = 107.500$, $d = 4.43$, $p = .003$), onde a coabitação entre 2 pessoas indicou médias mais elevadas ($M = 28.00$; $DP = 1.69$). Quanto aos pais, os resultados apontam para diferenças significativas na dimensão "satisfação" ($U = 52.500$, $d = 5.63$, $p = .005$) e na "competência parental total" ($U = 53.000$, $d = 5.64$, $p = .005$), com médias mais elevadas na coabitação entre 2 pessoas, quer na dimensão "satisfação" ($M = 30.67$; $DP = 1.48$), quer na "competência parental total" ($M = 59.67$; $DP = 2.08$). No que diz respeito aos totais, a dimensão "satisfação" revelou diferenças significativas ($U = 306.000$, $d = 1.39$, $p = .000$), assim como a "competência parental total" ($U = 368.500$, $d = 1.20$, $p = .000$), onde

a coabitação familiar entre 2 pessoas indicou médias mais elevadas, quer na "satisfação" ($M = 29.60$; $DP = 5.05$), quer na "competência parental total" ($M = 58.10$; $DP = 8.18$). Quanto à dimensão "eficácia", a mesma não demonstrou diferenças significativas em função da "coabitação familiar" em nenhuma das dimensões da competência parental.

Tabela 6

Análise de diferenças da competência parental (PSOC) com o teste U de Mann-Whitney em função da variável coabitação familiar

Coabitação familiar						
Mães						
Competência parental	2 pessoas (n = 8)		3 a 7 pessoas (n = 63)		U	d
	M	DP	M	DP		
Eficácia	23.88	1.82	23.03	.51	225.000	0.64
Satisfação	28.00	1.69	22.40	.58	107.500	4.43**
Competência parental total	55.75	3.34	48.78	.85	153.500	2.86
Pais						
Competência parental	2 pessoas (n = 12)		3 a 7 pessoas (n = 26)		U	d
	M	DP	M	DP		
Eficácia	25.00	.89	22.77	.79	105.500	2.65
Satisfação	30.67	1.48	23.23	1.14	52.500	5.63**
Competência parental total	59.67	2.08	49.42	1.51	53.000	5.64**
Totais						
Competência parental	2 pessoas (n = 20)		3 a 7 pessoas (n = 89)		U	d
	M	DP	M	DP		
Eficácia	24.55	3.91	22.96	4.04	720.000	0.40
Satisfação	29.60	5.05	22.64	4.98	306.000	1.39***
Competência parental total	58.10	8.18	48.97	7.00	368.500	1.20***

U = teste de Mann-Whitney; **p < .01; ***p < .001

Com o intuito de avaliar se o estado civil influencia significativamente a perceção de competência parental na Tabela 7 recorreu-se ao teste não paramétrico de Kruskal-Wallis, uma vez que existiam diferenças entre o número de sujeitos existente por grupo. Usou-se uma probabilidade de erro tipo I (α) de .05. Os resultados da análise indicam que os pais do sexo masculino, separados ou divorciados, revelaram efeitos significativos sobre a "satisfação" ($H(2) = 2.731$; $p = .012$) e a "competência parental total" ($H(2) = 8.827$; $p = .003$), com médias mais elevadas quer na "satisfação" ($M = 24.82$; $DP = .82$), quer na "competência parental total" ($M = 56.64$; $DP = 2.13$). Quanto aos resultados totais, o estado civil teve um efeito estatisticamente significativo sobre a perceção de "competência parental total" ($H(2) = 9.169$; $p = .01$) e sobre a "satisfação" ($H(2) = 7.942$; $p = .019$). Foram os pais casados

ou em união de facto/coabitação familiar que obtiveram médias mais elevadas na “competência parental” ($M = 54.68$; $DP = 8.08$) e foram os pais separados ou divorciados que tiveram médias superiores na “satisfação” ($M = 26.42$; $DP = 6.69$).

A Tabela 7 apresenta também a análise realizada com o teste de Kruskal-Wallis, dada a assimetria no tamanho das amostras, para avaliar se os anos de escolaridade completa influenciavam significativamente a perceção de competência parental. Relativamente aos resultados totais, verificámos que existe um efeito estatisticamente significativo dos anos de escolaridade completa na “eficácia” ($H(2) = 8.288$; $p = .016$), sendo os pais com maior nível educacional aqueles que se percebem como mais eficazes. Quando analisadas as possíveis diferenças entre sexos, verificámos que os anos de escolaridade não influenciam significativamente as dimensões da PSOC.

Tabela 7

Análise de diferenças da competência parental com o teste Kruskal-Wallis em função da variável estado civil e anos de escolaridade completa

Competência parental	Estado civil							
	Mães							
	Casado/ União de facto/coabitação ($n = 47$)		Separado/ Divorciado ($n = 17$)		Solteiro ($n = 7$)		H	p
M	DP	M	DP	M	DP			
Eficácia	22.64	.64	24.82	.82	22.29	1.38	3.276	.137
Satisfação	22.49	.65	24.94	1.49	22.00	1.69	1.361	.194
Competência parental total	48.49	.98	53.41	2.10	47.43	2.15	3.977	.506
Competência parental	Pais							
	Casado/ União de facto/coabitação ($n = 22$)		Separado/ Divorciado ($n = 11$)		Solteiro ($n = 5$)		H	p
	M	DP	M	DP	M	DP		
Eficácia	22.82	.80	28.00	1.88	23.40	2.71	11.484	.255
Satisfação	22.77	1.20	24.82	.82	32.60	1.50	2.731	.012*
Competência parental total	49.00	1.67	56.64	2.13	60.00	4.51	8.827	.003**
Competência parental	Totais							
	Casado/ União de facto/coabitação ($n = 69$)		Separado/ Divorciado ($n = 28$)		Solteiro ($n = 12$)		H	p
	M	DP	M	DP	M	DP		
Eficácia	22.70	4.18	24.82	3.08	22.75	4.58	5.585	.055
Satisfação	22.58	4.81	26.42	6.69	26.14	6.25	7.942	.019*
Competência parental total	54.68	8.08	48.65	7.01	52.67	9.82	9.169	.010*

Anos de escolaridade completa								
Mães								
Competência parental	≤6 anos (n = 49)		>6 <12 anos (n = 18)		≥12 anos (n = 4)			
Eficácia	22.07	.90	22.81	.761	24.90	.723	5.71	.058
Satisfação	22.97	.98	22.19	1.06	23.95	1.01	2.68	.262
Competência parental total	48.38	1.44	48.43	1.43	52.33	1.57	4.12	.128
Pais								
Competência parental	≤6 anos (n = 36)		>6 <12 anos (n = 1)		≥12 anos (n = 1)			
Eficácia	23.33	.69	22.67	1.37	29.00	2.00	4.97	.083
Satisfação	25.56	1.25	24.89	2.37	29.00	7.00	1.04	.593
Competência parental total	52.44	1.65	51.11	2.95	62.50	9.50	1.92	.383
Totais								
Competência parental total	≤6 anos (n = 56)		>6 <12 anos (n = 30)		≥12 anos (n = 23)			
Eficácia	22.68	4.29	22.77	3.62	25.26	3.43	8.288	.016*
Satisfação	24.21	5.93	23.00	5.63	24.39	5.09	2.006	.367
Competência parental total	50.34	8.32	49.23	7.25	53.22	7.97	3.705	.157

H = teste de Kruskal-Wallis; *p < .05; **p < .01

De acordo com o teste não paramétrico de Mann-Whitney não obtiveram resultados significativos entre as dimensões da competência parental e as variáveis consumo de substâncias psicoativas e problemas com a justiça.

Importa realçar que, apesar de testadas, não foram encontrados resultados significativos na competência parental em função das variáveis idade, sexo, número de filhos, consumo de substâncias psicoativas e problemas com a justiça. Além disso, também foram testadas outras variáveis relacionadas com o(a) companheiro(a) do respondente (quando este mencionou tê-lo(a)) e da criança com idade compreendida entre os 3 e os 6 anos, a fim de verificar se existiam diferenças nas dimensões da competência parental, o que não se revelou estatisticamente significativo. As variáveis associadas ao companheiro foram as seguintes: idade, sexo, anos de escolaridade, situação laboral, consumo de substâncias psicoativas, doença crónica e/ou psicológica e problemas com a justiça; e à criança: sexo, idade e doença crónica/psicológica.

3. Análise das relações entre a competência parental e as variáveis sociodemográficas e comportamentais

As relações entre as dimensões do instrumento *PSOC* e as variáveis

sociodemográficas e psicológicas/comportamentais foi testada, através do cálculo do Coeficiente de Correlação de Pearson³. Importa salientar que também efetuámos análises preliminares para garantir que não se violariam os pressupostos de normalidade, linearidade e homoscedasticidade.

Em relação à competência parental, observámos na Tabela 8 que há correlações positivas baixas entre a “eficácia” e a “idade” ($r = .232, p = .015$); a “eficácia” e os “anos de escolaridade” ($r = .261, p = .006$); a “satisfação” e o “sexo” ($r = .216, p = .024$); a “satisfação” e o “estado civil” ($r = .301, p = .001$); a “competência parental total” e o “estado civil” ($r = .297, p = .002$); a “eficácia” e o “rendimento pessoal” ($r = .342, p < .001$); e a “competência parental total” e o “rendimento pessoal” ($r = .291, p = .002$). Também verificámos a existência de correlações negativas moderadas entre a “satisfação” e a “coabitação familiar” ($r = -.594, p < .001$); a “competência parental total” e a “coabitação familiar” ($r = -.481, p < .001$); e a “satisfação” e “número de filhos” ($r = -.476, p < .001$). Ainda observámos correlações negativas baixas entre a “competência parental total” e o “número de filhos” ($r = -.308, p = .001$); a “satisfação” e a “situação laboral” ($r = -.254, p = .008$); a “competência parental total” e a “situação laboral” ($r = -.267, p = .005$); a “eficácia” e o “rendimento do agregado familiar” ($r = -.246, p = .010$); e a “competência parental total” e o “rendimento do agregado familiar” ($r = -.218, p = .022$).

Verificámos, também, que relativamente às relações entre as dimensões do instrumento PSOC e as variáveis comportamentais, apenas existem correlações positivas baixas entre a “satisfação” e os “problemas com a justiça” ($r = .248, p = .009$).

Tabela 8

Correlações entre a competência parental (PSOC) e variáveis sociodemográficas

	Eficácia	Satisfação	Competência parental total
Idade	.232*	-.014	.114
Sexo	.041	.216*	.185
Estado civil	.139	.301**	.297**
Coabitação familiar	-.056	-.594**	-.481**
Número de filhos	.096	-.476**	-.308*
Anos de escolaridade	.261**	.032	.161
Situação laboral	-.151	-.254**	-.267**
Rendimento pessoal	.342**	.145	.291**
Rendimento do agregado familiar	-2.46*	-.054	-.218*
<i>Correlações entre a competência parental (PSOC) e variáveis comportamentais</i>			
Consumo de substâncias psicoativas	.011	.114	.092
Problemas com a justiça	-.014	.248**	.179

* $p < .05$; ** $p < .01$)

³ Nas correlações muito baixas, o r situa-se abaixo de .19; nas correlações *baixas*, o r está entre o .20 e .39, enquanto nas correlações *moderadas* o r está entre .40 e .69, considerando *alta* uma correlação que se situe entre .70 e .89 (Pestana & Gageiro, 2014).

4. Análise das relações entre as dimensões dos instrumentos *PSOC*, *QEDP – VR*, *ISP – FR* e *BSI*

Num primeiro momento considerámos que seria relevante verificar as relações entre as dimensões dos instrumentos *PSOC*, *QEDP – VR*, *ISP – FR* e *BSI*, através do cálculo do Coeficiente de Correlação de Pearson. Importa salientar que também efetuámos análises preliminares para garantir que não se violariam os pressupostos de normalidade, linearidade e homoscedasticidade.

Em relação à competência parental, observámos na Tabela 9, e relativamente às mães, que há uma correlação negativa entre a “satisfação” e a “ansiedade fóbica” ($r = .239, p = .044$), a “ideação paranóide” ($r = .285, p = .016$) e o “psicoticismo” ($r = .304, p = .010$). Do mesmo modo, foram encontradas correlações negativas entre a “competência parental total” e a “ansiedade fóbica” ($r = .261, p = .028$), a “ideação paranóide” ($r = .294, p = .013$) e o “psicoticismo” ($r = .325, p = .006$). Quanto aos pais, verificámos correlações negativas entre a dimensão “eficácia” e a “dificuldade parental” ($r = -.346, p = .033$), a “criança difícil” ($r = -.342, p = .036$) e o “*stress* parental total” ($r = -.346, p = .033$). Ainda foi encontrada uma correlação negativa entre a “competência parental total” e a “criança difícil” ($r = -.342, p = .036$). Nos resultados totais, há uma correlação negativa baixa entre a “eficácia” e a “criança difícil” ($r = -.203, p = .034$). Também verificámos a existência de uma correlação negativa baixa entre a “satisfação” e a “criança difícil” ($r = -.210, p = .028$). Observámos que as correlações entre a “competência parental total” e a “interação disfuncional mãe/pai-criança” ($r = -.200, p = .037$), “criança difícil” ($r = -.266, p = .005$) e “*stress* parental total” ($r = -.193, p = .045$) são negativas e baixas.

Tabela 9

Correlações entre a competência parental (PSOC), os estilos parentais (QEDP – VR), stress parental (ISP – FR) e sintomas psicopatológicos (BSI)

		Mães			Pais			Totais			
		PSOC	Eficácia	Satisfação	Comp. parental total	Eficácia	Satisfação	Comp. parental total	Eficácia	Satisfação	Comp. parental total
QEDP - VR	Estilo democrático	.133	.009	.078	.071	-.098	-.039	.081	-.130	-.057	
	Estilo autoritário	-.019	-.091	-.079	-.045	-.184	.166	-.024	-.106	-.096	
	Estilo permissivo	.021	.065	.065	.042	.118	.109	.032	.104	.098	
ISP - FR	Dificuldade parental	.183	-.011	.096	-.346*	-.208	-.320	.004	-.106	-.080	
	Interação disfuncional mãe/pai – criança	-.125	-.114	-.163	-.290	-.202	-.287	-.178	.136	-.200*	
	Criança difícil	-.134	-.191	-.219	-.342*	-.240	-.342*	-.203*	-.210*	-.266**	
	Stress parental total	-.019	-.112	-.096	-.346*	-.229	-.335*	-.130	-.161	-.193*	
BSI	Somatização	.024	.058	.046	.068	-.023	.011	.039	.022	.031	
	Obsessões – Compulsões	.063	.144	.138	-.107	-.118	-.138	.001	.034	.026	
	Sensibilidade interpessoal	.038	.160	.143	.056	-.161	-.098	.043	.013	.037	
	Depressão	-.059	-.052	-.063	.031	-.133	-.086	-.035	-.112	-.095	
	Ansiedade	.037	.020	.035	-.027	-.132	-.108	.012	-.067	-.042	
	Hostilidade	.076	.192	.175	-.052	.032	-.003	.036	.141	.118	
	Ansiedade fóbica	.148	-.239*	-.261*	-.063	.076	.031	.075	.161	.161	
	Ideação paranóide	.161	-.285*	-.294*	-.062	.064	.027	.102	.191	.194	
Psicoticismo	.173	-.304*	-.325**	-.308	-.178	-.274	.016	.080	.073		

* $p < .05$; ** $p < .01$

5. Análise do contributo das variáveis sociodemográficas para a competência parental (PSOC)

Ao ser considerado pertinente avançar com estatística multivariada, efetuámos uma análise de regressão múltipla hierárquica, pelo método *enter*, de modo a compreender o contributo que determinadas variáveis sociodemográficas apresentam para a competência parental.

A regressão múltipla hierárquica realizada apresenta cinco modelos: o primeiro modelo inclui a variável sexo; o segundo modelo contém as variáveis sexo e escolaridade completa; o terceiro compreende as variáveis sexo, escolaridade completa e rendimento líquido mensal do agregado familiar; o quarto modelo engloba as variáveis sexo, escolaridade completa, rendimento líquido mensal do agregado familiar e rendimento líquido mensal pessoal; enquanto o quinto modelo contém as variáveis sexo, anos de escolaridade completa, rendimento líquido mensal do agregado familiar,

rendimento líquido mensal pessoal e coabitação familiar. Todas estas variáveis foram recolhidas através do Questionário Sociodemográfico.

Os coeficientes de determinação ajustados, apresentados na Tabela 10, demonstram que, com a inserção do quinto bloco, o coeficiente de determinação eleva-se e explica 37,4% da variância da competência parental, apresentando um valor de p estatisticamente significativo ($p < .001$).

Face ao exposto podemos afirmar que, o conjunto de variáveis que constituem o quinto modelo, ao entrarem em conjunto na regressão, passaram a ter uma capacidade preditiva superior com um erro de estimativa aceitável.

Analísamos ainda a contribuição das variáveis inseridas nos cinco modelos, através do Coeficiente estandardizado *Beta* (β), constatando que a variável “coabitação familiar”, individualmente, tem uma contribuição única mais forte ($\beta = -.422$) para a explicação da competência parental, apresentando um valor significativo ($p < .001$).

Importa salientar que realizámos de igual modo uma análise de regressão múltipla hierárquica com as variáveis dos instrumentos QEDP – VR, ISP – FR e BSI de forma a verificar o contributo das mesmas para a competência parental. Contudo, esses resultados não foram apresentados uma vez que não revelaram dados estatisticamente significativos.

Tabela 10

Regressão múltipla hierárquica para o estudo das variáveis preditoras da competência parental

	B	SE B	β	R ²	R ² _a	Δ R ²	F	Δ F
Bloco 1								
Constante	52.658	1.284		.034	.025	.034	3.783	3.783
Sexo	-3.095	1.591	-.185					
Bloco 2								
Constante	48.633	1.994		.092	.075	.058	5.355	6.724
Sexo	-4.574	1.652	-.273**					
Escolaridade	.648	.250	.256*					
Bloco 3								
Constante	52.891	2.542		.147	.122	.055	8.647	6.742
Sexo	-4.290	1.612	-.256**					
Escolaridade	.740	.246	.292**					
Rendimento agreg.	-.007	.003	-.238*					
Bloco 4								
Constante	49.026	2.604		.250	.221	.103	12.321	14.276
Sexo	-3.248	1.544	-.194*					
Escolaridade	.414	.247	.163					
Rendimento agreg.	-.011	.003	-.364***					
Rendimento pessoal	.020	.005	.371***					
Bloco 5								
Constante	54.111	2.640		.374	.344	.125	12.780	20.524
Sexo	-1.654	1.460	-.099					
Escolaridade	.437	.227	.172					
Rendimento agreg.	-.005	.003	-.154					

Rendimento pessoal	.017	.005	.315**
Coabitação familiar	-2,380	.525	-.422***

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

IV – Discussão

Análise descritiva dos instrumentos

Os principais resultados indicaram que, ao nível da competência parental (PSOC), os pais sentem-se mais satisfeitos do que eficazes, o que explica a sua motivação para o papel parental (Johnston & Mash, 1989) e gratificação quanto às responsabilidades que têm para com os seus filhos (Mounton & Tuma, 1988). A literatura apoia os nossos resultados ao indicar que a eficácia tem impacto direto na satisfação parental (Coleman & Karraker, 2000; Hudson et al., 2001). Quer isto dizer que os pais que se sentem mais eficazes no desempenho do seu papel, tendem a sentir-se mais satisfeitos. Embora os resultados do nosso estudo evidenciem maior satisfação do que eficácia, mesmo que as diferenças sejam mínimas, não deixa de ser importante realçar que o impacto que as dimensões exercem uma sobre a outra é mútuo, ou seja, maior satisfação gera maior eficácia parental e vice-versa (Jones & Prinz, 2005).

De acordo com alguns autores, a satisfação parental (PSOC) tende a ser maior nas primeiras etapas do ciclo vital, diminuindo a partir da etapa associada à adolescência (Veroff & Feld, 1970, Lowenthal et al., 1975, citados por Goetting, 1986). No que diz respeito à nossa amostra, constatámos que estes pais se encontram na etapa do ciclo vital correspondente à “família com filhos pequenos” e/ou à etapa “família com filhos na escola” (Alarcão, 2006), o que nos permite colocar em hipótese que a satisfação parental evidenciada poderá resultar da etapa em que estes se encontram.

Relativamente à sintomatologia psicopatológica (BSI), Canavarro (2007) refere que o Índice de Sintomas Positivos (ISP) é o melhor indicador único de sintomatologia psicopatológica, com um ponto de corte de 1.7. Verificámos que o valor do ISP na nossa amostra não ultrapassou o valor de 1.7 ($M = 1.53$), pelo que podemos referir que o risco psicopatológico é baixo, embora seja próximo do ponto de corte. Todavia, consoante a análise descritiva feita ao BSI, foi possível constatar que os pais apresentam mais sintomas de ideação paranóide, depressão e ansiedade. A literatura (Canavarro, 2007) indica que a dimensão sintomatológica ideação paranóide é descrita como um comportamento paranóide, pautado por um funcionamento cognitivo perturbado, onde “o pensamento projetivo, hostilidade, suspeição, grandiosidade, egocentrismo, medo da perda de autonomia e delírios são vistos primariamente como os reflexos desta perturbação” (p. 306). Este resultado leva-nos a refletir e a colocar a hipótese de que os pais pertencentes a famílias consideradas de risco psicossocial podem ter tendência a ser desconfiados face à sociedade, muitas vezes de

forma irracional, o que pode condicionar frequentemente o modo como pensam, sentem e agem perante as situações do seu quotidiano. Os sintomas depressão e ansiedade, já eram esperados, por considerarmos que estas famílias têm dificuldades inerentes à sua condição e que, por esse motivo, apresentariam indicadores ligados a estes sintomas, como, por exemplo, perda de energia, falta de motivação, nervosismo e tensão (Canavarro, 2007).

No que toca aos estilos parentais (QEDP-VR), o estilo democrático apresenta-se predominante na nossa amostra. Neste âmbito, o estudo de Miguel, Valentim e Carugati (2009) menciona que os pais que optam por este estilo têm comportamentos parentais que, por um lado, são exigentes, no sentido em que colocam limites e restrições aos comportamentos dos filhos e, por outro, são flexíveis, adotando uma postura de escuta ativa e de comunicação aberta entre ambos. De acordo com Baumrind (1991), as crianças que crescem no seio de famílias em que os pais adotam um estilo democrático revelam melhores resultados escolares e menores problemas comportamentais, psicológicos e sociais. Apesar de acreditarmos que ao adotarem este estilo parental, os pais da nossa amostra poderão responder de forma adequada às necessidades dos filhos, consideramos, porém, neste ponto da nossa reflexão, deixar em aberto a hipótese de que a adoção deste estilo, pela nossa amostra, levanta dúvidas no que toca à dicotomia realidade *versus* idealização. Com isto queremos dizer que os dados obtidos não podem nem devem desligar-se da componente humana e, por isso, também da componente sujeita ao erro.

Quanto ao *stress* parental (ISP-FR), que avalia a intensidade do *stress* sentido pelos pais em relação aos filhos (Silva et al., 2015), os pais revelaram maiores dificuldades parentais. Logo, este resultado indica que os pais apresentam constrangimentos no desempenho do seu papel parental, o que vai ao encontro do que alguns estudos referem, isto é, de que o *stress* parental influencia de modo negativo o comportamento e a qualidade parental (Mackler et al., 2015; Pérez-Padilla et al., 2017). O *stress* parental é apontado como uma das principais características que qualificam as famílias em risco (Raikes & Thompson, 2005).

Análise das diferenças da competência parental (PSOC) em função de variáveis sociodemográficas e comportamentais/sintomáticas

Os resultados demonstram que os homens apresentam maior satisfação parental (PSOC), comparativamente com as mulheres. Outros estudos relacionados com a competência parental confirmam os mesmos resultados (Johnston & Mash, 1989; Renk et al., 2003; Snarey, 1993), propondo a existência de diferenças nos papéis parentais (Canavarro & Pedrosa, 2005). O papel maternal costuma estar associado a atividades instrumentais, como o cuidar e disciplinar a criança, apoiar na execução dos trabalhos de casa, enquanto o papel paternal está mais direcionado para as atividades de lazer e brincadeiras. Estas últimas parecem contribuir para uma maior satisfação

parental, comparativamente com as atividades de cariz instrumental (Johnston & Mash, 1989). Renk et al. (2003) referem ainda que as mães ao assumirem maiores responsabilidades nas atividades do quotidiano dos seus filhos acabam por revelar menor satisfação parental. Contudo, outros estudos assinalam que as mulheres, em comparação com os homens, se sentem mais satisfeitas (Canavarro & Pedrosa, 2005; Elek, Hudson, & Bouffard, 2003; Rogers & White, 1998). Elek et al. (2003) ainda mencionam que quando a satisfação parental nos homens é mais baixa, esta poderá estar relacionada com um maior desconforto ou falta de confiança na realização de atividades do dia-a-dia dos seus filhos, o que poderá contribuir para um aumento significativo da presença da mãe.

Quanto à variável situação laboral, foram os pais (no geral) empregados que revelaram maior satisfação e competência parental. Este resultado levou-nos a levantar a hipótese de que os pais desempregados têm mais dificuldades de ordem diversa e, por essa razão, menos possibilidades de suprir as necessidades básicas dos seus filhos. Segundo Nunes, Lemos, Costa, Nunes e Almeida (2011), pais que se encontram desempregados apresentam maiores dificuldades no desempenho das funções parentais. O sentimento de impotência poderá contribuir para uma menor satisfação no desempenho das suas funções parentais, o que não se verifica nos pais em situação profissional ativa. Contudo, além dos resultados dos pais no geral, importa salientar que no nosso estudo foram as mães empregadas que indicaram maior eficácia no desempenho da função parental.

Todavia, ao analisar a variável rendimento líquido mensal pessoal, verificámos que foram as mães com um rendimento inferior ou igual a 500€ que evidenciaram maior eficácia e competência parental (PSOC). Do mesmo modo, constatámos que os resultados para os pais no geral indicaram maior eficácia e competência parental. Este resultado leva-nos a pensar que estes pais apesar de não apresentarem rendimentos elevados, conseguem percecionarem-se como eficazes e competentes. E que, portanto, face às dificuldades do quotidiano, conseguem empenhar-se no exercício da parentalidade e proporcionar um crescimento adequado dos filhos (Coleman & Karraker, 1997, 1998). Contudo, não deixa de ser um resultado contraditório com o anterior, uma vez que a situação laboral pode estar intimamente ligada aos rendimentos. Isto leva-nos a criar a hipótese de que estes pais, tendo em conta os contextos nos quais estão inseridos, poderão não ter um conhecimento claro do significado de se ser pai competente (Jones & Prinz, 2005; Nunes & Ayala-Nunes, 2015; Pérez-Padilla et al., 2017). Além disso, as respostas podem ter sofrido um efeito de desejabilidade social, uma vez que a maior parte das instuições onde recolhemos a amostra concede-lhes apoio em termos económicos (Nunes & Ayala-Nunes, 2015). Estes pais podem, também, ter dado respostas socialmente aceitáveis, no sentido de quererem transmitir uma imagem de pais competentes, diferente daquilo que realmente percecionam.

Relativamente à variável rendimento líquido mensal do agregado familiar, e relebrando que a mesma diz respeito ao rendimento mensal total de

todos aqueles que habitam o mesmo espaço/casa e possuem entre si uma relação de parentesco, os valores indicaram que famílias com rendimentos inferiores ou iguais a 500€ revelaram maior eficácia parental (PSOC). Apesar de não se evidenciarem resultados significativos na competência parental, os pais da nossa amostra revelaram eficácia parental (PSOC), sendo este resultado congruente com o obtido no rendimento líquido mensal pessoal. Isto revela que estes pais se sentem eficientes e capazes de desempenhar com sucesso determinadas funções parentais (Bandura, 1997; Coleman & Karraker, 2000). Todavia, podemos tirar as mesmas elações, no sentido de não terem uma noção de competência parental correta ou de ter existido um efeito de desejabilidade social. Além disso, alguns autores referem que pais pertencentes a famílias em risco psicossocial ou multiproblemáticas tendem a ser associadas a uma maior vulnerabilidade socioeconómica (Matos & Sousa, 2004, 2006; Pérez-Padilla et al., 2017; Sousa & Ribeiro, 2005), pelo que se percecionam como menos competentes no exercício da sua função parental (Silva, 2009), o que não coincide com os resultados obtidos.

No que diz respeito à variável coabitação familiar, a satisfação e competência parental são mais sentidas na coabitação familiar entre duas pessoas, o que vem evidenciar, em certa medida, os resultados já obtidos no estudo de Roque (2013), onde se verificou que a satisfação parental diminuía quando a coabitação se estendia a outros familiares, como tios e avós, por exemplo. Outros estudos revelam que quanto maior for o número de pessoas que partilham a mesma casa, maior é a competência parental (Patranito, 2015) isto porque, de acordo com Jones e Prinz (2005), existe uma influência da rede de suporte familiar.

Quanto ao estado civil, embora as médias não sejam muito distintas, verificámos que são os pais do sexo masculino, separados ou divorciados, que se sentem mais satisfeitos e competentes. No geral, incluindo pais e mães, constatámos também que são os pais separados ou divorciados que se sentem mais satisfeitos no exercício da sua função. De acordo com Veroff (1981, citado por Goetting, 1986), pais do sexo masculino divorciados ou separados revelam maior satisfação parental, do que pais que se encontram casados, o que vem confirmar os resultados obtidos na nossa investigação. Segundo Roque (2013), tais resultados poderão dever-se ao facto destes pais, na maior parte das vezes, serem afastados da educação diária dos filhos, ficando esse papel entregue às mães e daí sentirem-se mais satisfeitos. Contudo, é necessário ter em atenção que na ausência de uma figura parental, o pai que se assume como cuidador principal pode desempenhar inadequadamente as tarefas parentais (Størksen et al., 2006), uma vez que não existe uma partilha constante das mesmas. Assim, os pais acabam por assumir mais tarefas e não conseguem suprir as necessidades básicas das crianças. Além disso, observámos que são os pais casados ou em união de facto/coabitação familiar que se percecionam como mais competentes. Este resultado indica-nos que, quanto mais existe a presença de um/a companheiro/a, os pais tendem a sentir-se mais competentes (Teti & Gelfand, 1991).

Também constatámos que os pais com mais anos de escolaridade

sentem-se mais eficazes no desempenho do seu papel parental, sendo este resultado corroborado por outros estudos (Gilmore & Cuskelly, 2008; Seabra-Santos, et al., 2015; Shumow & Lomax, 2002). Autores como Cabrera, Shannon e Tamis-LeMonda (2007) referem que pais com um nível educacional mais elevado possuem uma maior motivação para o exercício da parentalidade. Considerámos que pais com habilitações literárias superiores tendem a procurar mais informações sobre como devem desempenhar as suas funções, respondendo corretamente às necessidades dos seus filhos, o que os poderá levar a sentir maior eficácia nas suas ações e, consecutivamente, conduzir a sentimentos de satisfação parental (PSOC).

Embora não tenham sido obtidos resultados significativos, importa referir que a competência parental também foi testada em função de outras variáveis sociodemográficas (idade e número de filhos) e comportamentais (consumo de substâncias psicoativas e problemas com a justiça). A literatura refere que alguns fatores de risco, como por exemplo, a negligência, os maus-tratos, a instabilidade emocional, os estilos parentais autoritários ou permissivos, entre outros, estão associados a contextos considerados problemáticos, gerando um impacto negativo no desenvolvimento e funcionamento das crianças (Alarcão, 2006; Fernandes, 2011; Papalia, Olds, & Feldman, 2001). Siqueira e Dell’Aglío (2007) também mencionam que a negligência parental, a violência doméstica, as práticas parentais inadequadas e rígidas e a doença mental podem limitar o funcionamento familiar.

Relações entre as dimensões da competência parental (PSOC) e variáveis sociodemográficas e comportamentais/sintomáticas

Ao nível dos resultados correlacionais, observámos que tanto a “idade” como os “anos de escolaridade completa” e o “rendimento líquido mensal pessoal” assumem uma correlação positiva com a “eficácia parental”. Quanto maior for a “idade”, os “anos de escolaridade completa” e o “rendimento líquido mensal pessoal”, maior é a perceção de eficácia parental. Relativamente à idade, o nosso estudo não é congruente com o de Ferreira e colaboradores (2014), o qual refere que quanto mais velhos forem os pais menor será a perceção de autoeficácia parental. Além disso, nesse mesmo estudo, os resultados obtidos referem que mães com mais habilitações literárias se sentem menos eficazes nas tarefas da maternidade. Outros estudos, como o de Teti e Gelfand (1991), apontam para que pais com mais anos de escolaridade se percecionam como mais competentes em termos parentais, o que vem corroborar os dados da nossa investigação. Também Navarro, Navarrete e Lara (2011) apuraram que mães com habilitações mais baixas, por não terem maiores conhecimentos sobre a maternidade, tendem a sentir-se menos eficazes.

As variáveis “sexo” e “estado civil” apresentam relações positivas com a “satisfação parental”. Neste sentido, quanto maiores forem os valores no “sexo masculino” e no “estado civil divorciado/separado”, maior é a satisfação parental. Estudos relacionados com a competência parental confirmam os mesmos resultados (Johnston & Mash, 1989; Renk et al., 2003; Snarey, 1993),

em que são os homens que apresentam maior satisfação parental, uma vez que acabam por desempenhar funções parentais menos complexas e direcionadas para o lazer junto à criança. Além disso, como já mencionado, um estudo revelou que pais do sexo masculino que se encontram divorciados ou separados indicam maior satisfação parental (Veroff, 1981, citado por Goetting, 1986), uma vez que acabam por não exercer funções diárias na educação dos filhos (Roque, 2013). Além desta hipótese, podemos considerar que após a situação que levou estes pais a ficarem “divorciados/separados”, os mesmos poderão sentir-se mais satisfeitos, uma vez que a dedicação à parentalidade se encontrava fragilizada pela existência de outros fatores, como por exemplo, discussões conjugais.

Em termos de relações com a “competência parental”, quanto maior for o “estado civil divorciado/separado” e o “rendimento líquido mensal pessoal” maior é a perceção positiva desta.

Também verificámos que a “coabitação familiar”, o “número de filhos” e “situação laboral” apresentaram correlações negativas com a “satisfação parental”. Isto indica que quanto maior for o “número de filhos” e o número de pessoas que coabitam no mesmo espaço, menor é a “satisfação parental”. A este respeito, Baharudin e Lai Mun (1998) referem que quanto maior for o número de filhos menor é a perceção de competência parental, embora outros estudos não revelem relações significativas (Coleman & Karraker, 2000; Rogers & White, 1998).

Apenas o “rendimento do agregado familiar” teve relações negativas com a “eficácia parental”, o que significa que quando este é maior, menor é a eficácia parental. De facto, os resultados da nossa amostra evidenciaram que famílias com rendimentos inferiores ou iguais a 500€ percecionavam-se como mais eficazes. Todavia, e como já havíamos mencionado anteriormente, estes resultados poderão indicar que estes pais não possuem uma noção clara do conceito de competência parental, por exemplo.

As variáveis sociodemográficas de “coabitação familiar”, “número de filhos”, “situação laboral” e “rendimento líquido mensal do agregado familiar” assumiram correlações negativas com “competência parental total”. O que nos indica que quando estas aumentam, menor é a perceção de competência parental.

Relações entre as dimensões da competência parental (PSOC), estilos parentais (QEDP-VR), *stress* parental (ISP-FR) e sintomas psicopatológicos (BSI)

Verificámos que tanto a “eficácia” (PSOC) como a “satisfação” (PSOC) assumem uma correlação negativa com a “criança difícil” (ISP-FR). Os nossos resultados apresentam-se concordantes com o estudo de Monteiro (2017), onde a satisfação parental relacionou-se negativamente com todas as dimensões do *stress* parental, e com o estudo de Vieira (2015), no qual se verificou que os resultados das correlações entre a “satisfação” e a dimensão “criança difícil” também foram significativas e negativas. Tal pode significar

que os pais se sentem mais satisfeitos e eficazes se a sua perceção acerca das características comportamentais do(s) filho(s) e a sua capacidade para autorregular esses mesmos comportamentos não são afetadas. Neste contexto, uma hipótese explicativa para este resultado poderá estar relacionada com o facto de que a competência parental não parece ser afetada, apesar do *stress* parental experienciado na relação entre pais e filhos. Alguns autores (Coleman & Karraker, 1997; Raikes & Thompson, 2005) referem que os pais de famílias em situação de risco psicossocial tendem a sentir-se menos competentes no desempenho do seu papel parental, o que revela que indicadores negativos na dimensão eficácia e satisfação parental nestas famílias estão relacionados com maiores índices de depressão e *stress* parental, o que não se verificou na nossa investigação.

Ainda observámos que as dimensões de “interação disfuncional mãe/pai-criança” (ISP-FR), “criança difícil” (ISP-FR) e “*stress* parental total” (ISP-FR) apresentam correlações negativas com a “competência parental total” (PSOC). A literatura esclarece que o *stress* parental pode ter um impacto negativo no desempenho das funções parentais em famílias de risco (Pérez-Padilla et al., 2017). Contudo, apesar do nosso estudo revelar que os pais vivenciam situações de *stress* parental, verificámos que os mesmos se percecionam como competentes e que acabam por sentir menos *stress* e não vêm a sua interação com os filhos, bem como as características que estes possuem, como um entrave. Segundo Coleman e Karraker (2000), quando os pais não se percecionam como competentes, os níveis de *stress* e o modo como veem o filho, enquanto criança difícil, aumenta. Num estudo realizado por Pérez-Padilla (2017), uma amostra de mães portuguesas evidenciou maior *stress* nas relações com os seus filhos e maior eficácia, o que corrobora os dados obtidos na nossa investigação.

Apesar de não existirem relações significativas entre a competência parental e os estilos parentais na nossa investigação, importa referir que alguns autores como Fernandes (2011), referem que entre alguns fatores de risco, a adoção de estilos parentais autoritários ou permissivos podem ter um impacto negativo, por exemplo.

No que diz respeito aos sintomas psicopatológicos, observámos que as mães revelam uma correlação negativa entre “satisfação” (PSOC) e “ansiedade fóbica”, “ideação paranóide” e “psicoticismo” (BSI). E, do mesmo modo, foram encontradas correlações negativas entre a “competência parental total” (PSOC) e a “ansiedade fóbica”, “ideação paranóide” e “psicoticismo”. Estes resultados indicam que os pais do nosso estudo, em particular os do sexo feminino, não se sentem satisfeitos no seu desempenho parental, indicando índices ansiógenos intensos e persistentes em situações que poderão não representar um perigo real, despoletando evitamento dessas mesmas situações (Canavarro, 2007). Além disso, e existindo indicadores de ideação paranóide, bem como de psicoticismo, estamos a falar da presença de sintomas como a desconfiança e a suspeição face aos outros de forma infundada, bem como a presença de alguns delírios, alucinações e controlo do pensamento

(Canavarro, 2007), que poderão representar um risco para a função parental. Quanto aos pais do sexo masculino, verificámos correlações negativas entre a dimensão “eficácia” (PSOC) e a “dificuldade parental”, “criança difícil” e “*stress* parental total” (ISP-FR). Quer isto dizer que a presença de indicadores de *stress* nestes pais revelam menor eficácia parental. Ainda, constatámos uma correlação negativa entre a “competência parental total” (PSOC) e a “criança difícil”. O nível de *stress* parental experienciado pelos pais é determinado pela avaliação que estes fazem acerca de uma situação stressora (Abidin, 1992). Esta avaliação é baseada nas cognições, crenças e expectativas que estes têm acerca do papel parental. O *stress* parental também pode funcionar como um motivador para a utilização de recursos disponíveis, tais como o apoio social e as competências parentais. A existência destes recursos será essencial para o exercício da parentalidade (Abidin 1992), uma vez que estes são indispensáveis para a diminuição do *stress* parental. Quando a estes recursos estão associados a sintomas psicopatológicos, aumenta a probabilidade de desempenharem um papel parental desajustado. A título de exemplo, Santos (1992) refere que as perceções e interpretações que os pais têm sobre os comportamentos das crianças encontram-se relacionadas com diversos fatores, nomeadamente com os sintomas depressivos. A literatura refere que o *stress* parental é visto como sendo uma reação psicológica adversa face às exigências impostas pela parentalidade, que implica o surgimento de sentimentos negativos em relação a si (pai/mãe) e ao seu filho (Östberg, Hagekull, & Hagelin, 2007), o que pode provocar sintomas como nervosismo e tensão, ligados à ansiedade (Canavarro, 2007). Além disso, Johnston e Mash (1989) verificaram que quando os níveis de eficácia parental são baixos, os mesmos podem contribuir para o surgimento de sentimentos de culpabilização e depressão e, conseqüentemente, a uma menor satisfação parental. Do mesmo modo, estudos realizados por Coleman e Karraker (2000) revelaram que baixos níveis de autoeficácia percebida pelos pais encontram-se relacionados com a depressão, *stress*, problemas de comportamento das crianças, comportamentos parentais defensivos e controladores, percebendo as crianças como sendo difíceis.

Contributo de variáveis sociodemográficas para a predição de competência parental (PSOC)

Com a regressão múltipla hierárquica realizada, verificámos que o conjunto de variáveis que constituem o quinto modelo passaram a ter uma capacidade preditiva superior. Ao analisarmos a contribuição das variáveis constatámos que o maior coeficiente *Beta* corresponde à variável coabitação familiar, tendo individualmente uma contribuição única, mais forte, para a explicação da competência parental. O estudo de Roque (2013) apoia de alguma forma o nosso resultado ao mostrar a importância da coabitação familiar na percepção da satisfação parental. No seu estudo, a autora verificou que a satisfação parental diminuía, quando a coabitação envolvia outros familiares (família alargada). Embora não tenhamos conhecimento a que

familiares específicos se estende a coabitação familiar na nossa investigação, nalguns casos, através do Questionário Sociodemográfico aplicado, conseguimos apurar que a coabitação envolve a família alargada, como por exemplo a presença de avós, ou a presença de filhos de relacionamentos anteriores, esta última quando nos referimos a famílias reconstituídas.

Neste sentido, importa salientar que este aspeto poderá ter um enorme impacto na dinâmica familiar, uma vez que a presença de outros familiares, como os avós, no caso da nossa investigação, poderá ser benéfico ou não. Quando existe um maior número de pessoas a partilhar a mesma casa, a rede de suporte familiar torna-se maior, assim como a perceção de competência parental (Jones & Prinz, 2005; Patranito, 2015). Neste sentido, acaba por existir suporte na realização de tarefas domésticas, por exemplo, e apoio em termos emocionais e financeiros (Reynolds, Wright & Beale, 2003, citados por Roque 2013). Por outro lado, a presença de avós poderá ser um aspeto negativo uma vez que pode dificultar a tarefa parental de educar os filhos, isto porque poderão existir dentro do mesmo espaço diferentes regras que se confrontam, podendo condicionar uma perda de poder parental (Roque, 2013). Além disso, a presença destes, bem como a presença de outros filhos provenientes de relacionamentos anteriores, poderá afetar a satisfação conjugal, não existindo liberdade do casal para o exercício da parentalidade sobre todos os filhos, afetando assim a satisfação parental (Roque, 2013; Snarey, 1993). Além disso, colocamos a hipótese de que estes avós poderão ter algumas fragilidades inerentes à idade e que esse aspeto poderá comprometer o empenho na tarefa parental, uma vez que os pais têm de dedicar-se não só a cuidado das crianças como deles, tendo de se desdobrar em diversas funções.

Conclusões

Nos nossos dias, o facto do desenvolvimento de uma sociedade depender significativamente das nossas crianças constitui um lugar-comum, pois elas são os adultos de amanhã e que terão o trabalho de construir não só o seu futuro, como o futuro daqueles que as rodeiam. É neste contexto que os pais assumem um papel crucial como agentes que promovem o desenvolvimento dos seus filhos. Porém, são diversas as circunstâncias sociais, económicas e pessoais que podem dificultar o modo como estes crescem e como os pais os educam. Assim, a presente investigação procurou compreender como é percecionada a tarefa da parentalidade pelos pais, concretamente no que se refere à competência parental, em famílias consideradas em risco psicossocial, com filhos em idade pré-escolar.

Dos resultados obtidos, constatámos que são os pais, do sexo masculino, que se sentem mais satisfeitos no que toca à competência parental. Todavia, quando analisadas outras variáveis sociodemográficas, foi possível verificar mais resultados, não só em termos de satisfação, bem como de eficácia e competência parental. Por exemplo, pais e mães em que a

coabitação familiar é entre duas pessoas (pai ou mãe e um filho), revelam maior satisfação parental e competência parental. Verificámos também que as mães da nossa amostra que se encontram empregadas e com um rendimento líquido mensal pessoal inferior ou igual a 500€ acabam por se sentir mais eficazes no exercício do papel parental. Do mesmo modo, o rendimento líquido mensal do agregado familiar inferior ou igual a 500€ revelou por parte dos pais no geral maior eficácia parental. Quanto ao estado civil “separado/divorciado”, foram os pais do sexo masculino que se perceberam como mais satisfeitos e competentes. Quanto aos anos de escolaridade completa, são os pais (no geral) com maiores níveis que se sentem mais eficazes no desempenho do seu papel parental.

Estes resultados fazem-nos refletir sobre a eventual hipótese de que uma baixa condição económica poderá revelar a existência de maiores conflitos conjugais e ocorrendo uma rutura (divórcio/separação) a conflitualidade poderá diminuir e, conseqüentemente, os pais se perceberem como mais competentes no desempenho da sua função parental. Este aspeto revela-se congruente com o resultado acima mencionado, de que a coabitação familiar entre duas pessoas (um dos progenitores e uma criança) indicam maior perceção de satisfação e competência parental. Contudo, posteriormente seria importante explorar os resultados relativos às condições económicas uma vez que as mesmas, quando baixas ou inexistentes, poderão desencadear situações de *stress* e tornar difícil e desafiante a satisfação das necessidades efetivas dos menores. Por esse motivo, não podemos deixar de ter em consideração que falamos sobre “perceção parental”, lembrando que esta é diferente do desempenho real da parentalidade e que os pais da nossa amostra poderão não ter uma noção clara do que é ser-se competente a nível parental.

Ainda verificámos que a “satisfação parental” e a “competência parental total” são afetadas pela “coabitação familiar”, “número de filhos” e “situação laboral”. A “eficácia parental” e a “competência parental total” são influenciadas pelo “rendimento líquido mensal do agregado familiar”. A “idade” e os “anos de escolaridade completa” têm impacto na “eficácia parental”. Do mesmo modo, o “rendimento líquido mensal pessoal” exerce influência sobre a “eficácia parental” e a “competência parental total”. O “sexo”, o “estado civil”, os “problemas com a justiça” interferem com a “satisfação parental” e a “competência parental total” é afetada pelo “estado civil”.

Relativamente às relações entre competência parental e *stress* parental, observámos que a “eficácia” e a “satisfação” parental são afetadas pela “criança difícil”. Do mesmo modo, apurámos que a “interação disfuncional mãe/pai-criança”, “criança difícil” e o “*stress* parental total” têm impacto na “competência parental total”.

No que respeita aos sintomas psicopatológicos, concluímos que a “ansiedade fóbica”, a “ideação paranóide” e o “psicoticismo” interferem com a “satisfação”, em particular nas mães. Por fim, verificámos que a coabitação

familiar foi a variável que teve uma contribuição mais forte para a explicação da competência parental.

Importa aqui referir que os resultados obtidos não se relacionam com o modo como os pais exercem a sua parentalidade, mas sim como percecionam a sua competência parental, não só ao nível da eficácia, como também da satisfação parental. Portanto, a investigação permite-nos constatar que estes pais de crianças em idade pré-escolar, pertencentes a famílias afetadas por eventuais riscos psicossociais, apesar de estarem associados a diversas fragilidades e problemas, conseguem percecionarem-se como competentes no exercício do seu papel parental. O que nos permite concluir que estes pais, de um modo geral, julgam-se resilientes, sendo capazes de enfrentar as adversidades.

Todavia, colocamos em hipótese que as respostas, em alguns casos, poderão ter sofrido um efeito de desejabilidade social, tendo os pais dado respostas socialmente aceitáveis no sentido de quererem passar uma imagem de pais competentes, diferente daquilo que realmente sentem. Neste sentido, consideramos essencial a aplicação de programas de desenvolvimento de competências parentais, fundamentais para a promoção de práticas educativas positivas, não sendo só aplicados a famílias em contexto de risco psicossocial, mas às famílias na sua generalidade. A aplicação de programas deste género permitirá aos pais responder de modo mais adequado às necessidades básicas dos seus filhos e também desenvolver competências e estratégias educativas que os faça sentir mais capazes de desempenhar as suas funções parentais. Deste modo, estas famílias poderão alterar a sua condição de “risco”, para outra considerada mais segura e protetora.

Em relação às limitações do nosso estudo, julgamos que o acesso aos participantes implicou, num primeiro momento, a autorização da instituição onde seriam aplicados os instrumentos de avaliação, o que tornou a recolha dos dados morosa, resultando numa dimensão reduzida e pouco homogénea da amostra. Uma vez que não obtivemos um acesso claro ao tipo de avaliação feito por parte das instituições para a deteção do risco nestas famílias e também porque não utilizámos qualquer tipo de instrumento que nos permitisse reconhecer o risco nestas famílias, seria importante ter em consideração esse aspeto em investigações futuras. Outra limitação prendeu-se com o carácter extenso do protocolo de avaliação, uma vez que os resultados obtidos nos questionários podem ter sido influenciados pelo maior ou menor investimento de alguns pais participantes, causado pelo seu cansaço. Também a ausência de grupos de controlo pode ser considerada uma fragilidade importante e que deve ser tomada em consideração em trabalhos futuros. De igual modo, seria relevante explorar a influência da psicopatologia na perceção da competência parental e no exercício da parentalidade propriamente dita, uma vez que estes estudos ainda são reduzidos. Outra hipótese seria considerar fatores ligados à criança, como o comportamento ou o temperamento, de forma a retirar outras conclusões. Seria ainda pertinente avaliar a perceção dos filhos em relação à parentalidade exercida pelos seus

pais, utilizando, por exemplo, o *Egna Minnen Beräffande Uppfostran – C (EMBU-C)*, o que nos permitiria retirar conclusões mais abrangentes.

Apesar das limitações apresentadas, consideramos que este estudo contribuiu positivamente em termos teórico-práticos, para o conhecimento da parentalidade e das condições em que ela acontece.

Bibliografia

- Abidin, R. R. (1990). Introduction to the special issue: The stresses of parenting. *Journal of Clinical Child Psychology*, 19(4), 298-301. doi:10.1207/s15374424jccp1904_1.
- Abidin, R. R. (1992). The determinants of parenting behavior. *Journal of Clinical Child Psychology*, 21(4), 407-412. doi:10.1207/s15374424jccp2104_12.
- Abidin, R. R. (1995). *Parenting Stress Index - Manual* (3rd ed.). Odessa: Psychological Assessment Resources.
- Abidin, R. R., & Santos, S. V. (2003). *Índice de Stress Parental – Manual*. Lisboa: CEGOC-TEA, Lda.
- Abreu-Lima, I. M. P. (2005). Avaliação do ambiente familiar e seu impacto na educação e desenvolvimento de crianças em idade pré-escolar. In J. Bairrão (Coord.), *Desenvolvimento: Contextos familiares e educativos* (pp. 98-140). Porto: Livpsic
- Alarcão, M. (2006). *(Des) Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Editora Quarteto.
- Alexandre, J. D., Monteiro, L., Branco, I., & Franco, C. (2016). A prematuridade na perspectiva de mães primíparas e múltiparas. Análise do seu estado psicoemocional, autoestima e bonding. *Análise Psicológica*, 3(34), 265-277. doi:10.14417/ap.1141.
- Almeida, L. S., Gonçalves, M. M., Machado, C., & Simões, M. R. (2008). *Avaliação Psicológica: Instrumentos Validados para a População Portuguesa*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Amaro, F. (2006). *Introdução à sociologia da família*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- American Psychological Association (2010). *Publication Manual de of the American Psychological Association* (6th ed.). Washington, DC: APA.
- Azevedo, A. F. (2013). *O Programa de Intervenção Parental ‘Anos Incríveis’: Eficácia numa amostra de crianças portuguesas de idade pré-escolar com comportamentos de PH/DA*. Dissertação de

doutoramento em Psicologia Clínica. Universidade de Coimbra, Coimbra.

- Baharudin, R., & Lai Mun, J. (1998). Factors related to perception of parental efficacy. *Pertanika Journal of Social Sciences & Humanities*, 6(1), 13-21.
- Baião, R. D. (2009). *Stress Parental e Prematuridade*. Lisboa: Edições Universidade de Lisboa.
- Bandura, A. (1997). *Self-efficacy: the exercise of control*. New York: Freeman.
- Barroso, R., & Machado, C. (2010). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. *Psychologica*, 52(1), 211-229. doi:10.14195/1647-8606.
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative parental control on child behavior. *Child Development*, 37(4), 887-907. doi: 10.2307/1126611.
- Baumrind, D. (1967). Child care practices anteceding three patterns of pre-school behaviour. *Genetic Psychology Monographs*, 75(1), 43-88.
- Baumrind, D. (1971). Current patterns of parental authority. *Developmental Psychology Monograph*, 4(1), 1-103. doi:10.1037/h0030372.
- Baumrind, D. (1991). Effective parenting during the early adolescent transition. In Cowan PA (Ed.), *Family transitions* (pp 111–163). Lawrence Erlbaum: Hillsdale.
- Bayer, J. K., Rapee, R., Hiscock, H., Ukoumunne, O., Mihalopoulos, C., & Wake, M. (2011). Translational research to prevent internalizing problems early in childhood. *Depression and Anxiety*, 28(1), 50–57. doi:10.1002/da.20743.
- Beck, A., Daley, D., Hastings, R. P., & Stevenson, J. (2004). Mothers' expressed emotion towards children with and without intellectual disabilities. *Journal of Intellectual Disability Research*, 48(7), 628-638. doi:10.1111/j.1365-2788.2003.00564.x.
- Belsky, J. (1984). The Determinants of Parenting: A Process Model. *Child Development*, 55(1), 83-96. doi:10.2307/1129836.
- Bornstein, M. H. (2001). Parenting: Science and practice. *Parenting: Science and Practice*, 1(1), 1-4. doi:10.1207/s15327922par011&2_1.
- Cabrera, N. J., Shannon, J. D., & Tamis-LeMonda, C. (2007). Fathers' influence on their children's cognitive and emotional development: From toddlers to pre-K. *Applied Development Science*, 11(4), 208-213. doi:10.1080/10888690701762100.

- Campbell, S. B. (1995). Behavior Problems in Preschool Children: A Review of Recent Research. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 36(1), 113-149. doi:10.1111/j.1469-7610.1995.tb01657.x.
- Canavarro, M. C. (1999). Inventário de Sintomas Psicopatológicos – BSI. In M. Simões, M. Gonçalves & L.S. Almeida (Eds.), *Testes e Provas Psicológicas em Portugal* (Vol. 2, pp. 96-109). Braga: APPORT/SHO.
- Canavarro, M. C. (2007). Inventário de Sintomas Psicopatológicos: Uma revisão crítica dos estudos realizados em Portugal. In M. R. Simões, C. Machado, M. M. Gonçalves & L. S. Almeida (Eds.), *Avaliação psicológica: Instrumentos validados para a população Portuguesa* (Vol. 3, pp. 305-331). Coimbra: Quarteto Editora.
- Canavarro, M. C., & Pedrosa, A.A. (2005). Transição para a Parentalidade: compreensão segundo diferentes perspectivas teóricas. In I. Leal (Coord.), *Psicologia da gravidez e da parentalidade* (pp. 225-255). Lisboa: Fim de Século.
- Cappa, K. A., Begle, A. M., Conger, J. C., Dumas, J. E., & Conger, A. J. (2011). Bidirectional relationships between parenting stress and child coping competence: Findings from the Pace study. *Journal of Child and Family Studies*, 20(3), 334-342. doi:10.1007/s10826-010-9397-0.
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2nd ed.). Hillsdale, NJ: Lawrence Earlbaum Associates.
- Coleman, P. K., & Karraker, K. H. (1998). Self-efficacy and parenting quality: Findings and future applications. *Developmental Review*, 18 (1), 47-85. doi:10.1006/drev.1997.0448.
- Coleman, P. K., & Karraker, K. H. (2000). Parenting self-efficacy among mothers of school-age children: Conceptualization, measurement, and correlates. *Family Relations*, 49(1), 13-24. doi:10.1111/j.1741-3729.2000.00013.x.
- Coleman, P. K., & Karraker, K. H. (1997). Self-efficacy and parenting quality: Findings and future applications. *Developmental Review* 18(1), 47-85. doi:10.1006/drev.1997.0448.
- Cruz, O. (2013). *Parentalidade*. Coimbra: Quarteto.
- Cruz, O. M. (1999). O auto-controlo em crianças de cinco anos: implicações educativas das vivências familiares. *Psicologia. Teoria, Investigação e Prática*, 4(1), 109-130.
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting Style as Context: An Integrative Model. *Psychological Bulletin*, 113(3), 487-496. doi:10.1037//0033-2909.113.3.487.

- Elek, S. M., Hudson, D. B., & Bouffard, C. (2003). Marital and parenting satisfaction and infant care self-efficacy during the transition to parenthood: The effect of infant sex. *Issues in Comprehensive Pediatric Nursing, 26*(1), 45-57. doi:10.1080/01460860390183065.
- Erikson, E. H. (1950). *Childhood and society*. New York: Norton.
- Erikson, E. H. (1982). *The life cycle completed*. New York: Norton.
- Etikan, I., Musa, S. A., & Alkassim, R. S. (2016). Comparison of Convenience Sampling and Purposive Sampling. *American Journal of Theoretical and Applied Statistics, 5*(1), 1-4. doi:10.11648/j.ajtas.20160501.11.
- Feist, J., & Feist, G. (2008). *Teorias da Personalidade*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Fernandes, F. A. (2011). *Educação parental: Aplicação de um programa*. Dissertação de mestrado em Psicologia da Educação. Universidade da Madeira, Funchal.
- Ferreira, T. (2002). *Em defesa da criança: teoria e prática psicanalítica da infância*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Ferreira, B., Monteiro, L., Fernandes, C., Cardoso, J., Veríssimo, M., & Santos, A. J. (2014). Percepção de Competência Parental: Exploração de domínio geral de competência e domínios específicos de auto-eficácia, numa amostra de pais e mães portuguesas. *Análise Psicológica, 2*(32), 155-166. doi:10.14417/ap.854.
- Figueiredo, M., Mateus, V., Osório, A., & Martins, C. (2014). A contribuição da sensibilidade materna e paterna para o desenvolvimento cognitivo de crianças em idade pré-escolar. *Análise Psicológica, 2*(32), 231-242. doi: 10.14417/ap.842.
- Figueiredo dos Santos, D. J., Alberto, I. M. M., & Marques, C. M. V. A. (2016). The structured interview of family assessment risk: Convergent validity, inter-rater reliability and structural relations. *Child and Adolescent Social Work Journal, 33*(6), 487-497. doi:10.1007/s10560-016-0444-6.
- Freud, S. (1914). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. (R. D. Fonseca, Trad.) Lisboa: Livros do Brasil.
- Gameiro, J. (1998). *Os Meus, os Teus e os Nossos – novas formas de famílias*. Lisboa: Terramar.
- García, M. V. H., Álvarez-Dardet, S. M., Hidalgo, J. S., Lara, B. L. & García, L. J. (2009) La intervención con familias en situación de riesgo psicosocial. Aportaciones desde un enfoque psicoeducativo. *Apuntes de Psicología, 27*(2-3), 413-426.

- Gilmore, L., & Cuskelly, M. (2008). Factor structure of the Parenting Sense of Competence Scale using a normative sample. *Child: Care, health and development*, 35(1), 48-55. doi:10.1111/j.1365-2214.2008.00867.x.
- Goetting, A. (1986). Parental satisfaction. A review of research. *Journal of Family Issues*, 7(1), 83-109. doi:10.1177/019251386007001006.
- Gonzalez, D. H. P., & Peñate, M. M. P. (2017). Funcionalidad familiar en escolares con comportamientos de riesgo psicosocial en una institución educativa de Sincelejo (Colombia). *Salud Uninorte*, 33(3), 429-437. doi:10.14482/sun.33.3.10932.
- Goodnow, J. J., & Collins, W. A. (1990). *Development according to parents: The nature, sources, and consequences of parents' ideas*. Hove, UK: Lawrence Erlbaum Associates.
- Hayes, A. F. (2013). *Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis*. New York: The Guilford Press.
- Holden, G. W. (2010). *Parenting: A dynamic perspective* (2nd ed.). Los Angeles; London: SAGE.
- Hoghugh, M. (2004). Parenting: An introduction. In M. Hoghugh & N. Long (Eds.), *Handbook of parenting: Theory and research for practice* (pp. 1-16). London: Sage.
- Hudson, D. B., Elek, S. M., & Fleck, M. O. (2001). First-time mother's and father's transition to parenthood: infant care, self-efficacy, parenting satisfaction, and infant sex. *Issues in Comprehensive Pediatric Nursing*, 24(1), 31-43. doi:10.1080/014608601300035580.
- Jacobs, J., & Kelley, M. (2006). Predictors of parental involvement in childcare in dual-earner families with young children. *Fathering*, 4(1), 23-47. doi:10.3149/fth.0401.23.
- Johnston, C., & Mash, E. (1989). A measure of parenting satisfaction and efficacy. *Journal of Clinical Child Psychology*, 18(2), 167-175. doi:10.1207/s15374424jccp1802_8.
- Jones, T., & Prinz, R. (2005). Potential roles of parental self-efficacy in parent and child adjustment: A review. *Clinical Psychology Review*, 25(3), 341-363. doi:10.1016/j.cpr.2004.12.004.
- Lamborn, S. D., Mounts, N. S., Steinberg, L., & Dornbusch, S. M. (1991). Patterns of competence and adjustment among adolescents of authoritative, authoritarian, indulgent, and neglectful families. *Child Development*, 62(5), 1049-1065. doi:10.2307/1131151.
- López, F. (2008). *Necesidades en la infancia y en la adolescencia: Respuesta familiar, escolar y social*. Madrid: Pirámide.

- Maccoby, E. E. (2000). Parenting and its effects on children: On reading and misreading behavior genetics. *Annual Review of Psychology, 51*(1), 1-27. doi:10.1146/annurev.psych.51.1.1.
- Mackler, J. S., Kelleher, R. T., Shanahan, L., Calkins, S. D., Keane, S. P., & O'Brien, M. (2015). Parenting stress, parental reactions, and externalizing behavior from ages 4 to 10. *Journal of Marriage and Family, 77*(2), 388-406. doi:10.1111/jomf.12163.
- Magalhães, S. (2011). *A vivência de transições na parentalidade face ao evento hospitalização da criança*. Dissertação de Mestrado em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria. Escola Superior de Enfermagem do Porto, Porto.
- Maroco, J. (2010). *Análise estatística – com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Matos, A., & Sousa, L. (2004). How Multiproblem Families Try to Find Support in Social Services. *Journal of Social Work Practice, 18*(1), 65–80. doi:10.1080/0265053042000180590.
- Matos, A., & Sousa, L. (2006). O apoio das instituições de protecção social às famílias multiproblemáticas. *Revista de Psicologia Social e Institucional, 3*(1), 1–23.
- Menéndez, S., Hidalgo, M. V., Jiménez, L., Lorence, B., & Sánchez, J. (2010). Perfil psicosocial de familias en situación de riesgo. Un estudio de necesidades con usuarias de los Servicios Sociales Comunitarios por razones de preservación familiar. *Anales de psicología, 26*(2), 378-389.
- Miguel, I., Valentim, J. P., & Carugati, F. (2009). Questionário de Estilos e Dimensões Parentais – Versão Reduzida: Adaptação portuguesa do Parenting Styles and Dimensions Questionnaire – Short Form. *Psychologica, 51*, 169-187. doi:10.14195/1647-8606_51_11.
- Misri, S., Reebye, P., Milis, L., & Shah, S. (2006). The impact of treatment intervention of parenting stress in postpartum depressed mothers: A prospective study. *American Journal of Orthopsychiatry, 76*(1), 115–119. doi:10.1037/0002-9432.76.1.115.
- Mistry, R. S., Benner, A. D., Biesanz, J. C., Clark, S. L., & Howes, C. (2010). Family and social risk, and parental investments during the early childhood years as predictors of low-income children's school readiness outcomes. *Early Childhood Research Quarterly, 25*(4), 432-449. doi:10.1016/j.ecresq.2010.01.002.
- Monteiro, S. R. A. (2017). *Stresse e Competência Parental Percebida em Famílias em Risco Psicossocial. Um Estudo Comparativo*.

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde.
Univerddidade do Algarve, Faro.

- Mounton, P. Y., & Tuma, J. M. (1988). Stress, locus of control, and role satisfaction in clinic and control mothers. *Journal of Clinical Child Psychology, 17*(3), 217-224. doi:10.1207/s15374424jccp1703_4.
- Navarro, C., Navarrete, L., & Lara, M. A. (2011). Factores asociados a la percepción de eficacia materna durante el posparto. *Salud Mental, 34*(1), 37-43.
- Nunes, C., & Ayala-Nunes, L. (2015). Families at psychosocial risk: Challenges for assessment and intervention. *Journal of Child and Adolescent Psychology, 6*(1), 95-107.
- Nunes, C., Lemos, I., Ayala-Nunes, L., & Costa, D. (2013). Stressful life events and social support in families at psychosocial risk. *Psicologia, Saúde & Doenças, 14*(2), 313-320. doi:10.15309/13psd140207.
- Nunes, C., Lemos, I., Costa, D., Nunes, L., & Almeida, S. (2011). Social support and stressful life events in portuguese multi-problem families. *Desafios y perspectivas actuales de la psicología, 5*, 497-505.
- Östberg, M., Hagekull, B., & Hagelin, E. (2007). Stability and prediction of parenting stress. *Infant and Child Development, 16*(2), 207-223. doi:10.1002/icd.516.
- Papalia, D. E., & Feldman, R. D. (2013). *Desenvolvimento Humano* (12th ed.). Porto Alegre: AMGH.
- Papalia, D. E., Olds, S. W., & Feldman, R. D. (2001) *O mundo da criança*. Amadora: McGraw-Hill de Portugal.
- Pedro, M. F., Carapito, E., & Ribeiro, T. (2015). Parenting Styles and Dimensions Questionnaire –Versão Portuguesa de Autorrelato. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 28*(2), 302-312. doi:10.1590/1678-7153.201528210.
- Pérez-Padilla, J., & Álvarez-Dardet, S. M. (2014). Un análisis tipológico del estrés parental en familias en riesgo psicosocial. *Salud Mental, 37*(1), 27-34. doi:10.17711/sm.0185-3325.2014.004.
- Pérez-Padilla, J., Ayala-Nunes, L., Hidalgo, M. V., Nunes, C., Lemos, I., & Menéndez, S. (2017). Parenting and stress: A study with Spanish and Portuguese at-risk families. *International Social Work, 60*(4), 1001–1014. doi:10.1177/0020872815594220.

- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2014). *Análise de Dados para Ciências Sociais – A Complementaridade do SPSS* (6th ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Raikes, H. A., & Thompson, R. A. (2005). Efficacy and social support as predictors of parenting stress among families in poverty. *Infant Mental Health Journal, 26*(3), 177-190. doi:10.1002/imhj.20044.
- Relvas, A. P. (2005). Família e stress: Das crises normativas às crises inesperadas. Como intervir numa perspectiva sistémica. In A.M. Pinto & A.L. Silva (Coord.), *Stress e bemestar* (pp.43-58). Lisboa: Climepsi Editores.
- Relvas, A. P., & Alarcão, M. (2007). *Novas formas de família* (2nd ed.). Coimbra: Quarteto.
- Renk, K., Roberts, R., Roddenberry, A., Luick, M., Hillbouse, S., Meehan, C., ... & Phares, V. (2003). Mothers, fathers, gender role, and time parents spend with their children. *Sex Roles, 48*(7/8), 305-315. doi:10.1023/A:1022934412910.
- Robinson, C. C., Mandleco, B., Olsen, S. F., & Hart, C. H. (2001). The Parenting Styles and Dimensions Questionnaire (PSDQ). In B. F. Perlmutter, J. Touliatos & G. W. Holden (Eds.), *Handbook of family measurement techniques* (Vol. 3, pp. 319-321). Thousand Oaks: Sage.
- Rodrigo, M.J., Máiquez, M.L., Correa, A. D., Martín, J.C. & Rodríguez, G. (2006). Outcome evaluation of a community centre-based program for mothers at high psychosocial risk. *Child Abuse and Neglect, 30*(9), 1049-1064. doi:10.1016/j.chiabu.2006.03.004.
- Rogers, S. J., & White, L. K. (1998). Satisfaction with parenting: The role of marital happiness, family structure, and parents' gender. *Journal of Marriage and the Family, 60*(2), 293-308. doi:10.2307/353849.
- Roque, V. (2013). *Variáveis sociodemográficas e familiares e sentido de competência parental*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica. Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Santos, S. V. (1992). Adaptação portuguesa, para crianças em idade escolar, do Parenting Stress Index (PSI): Resultados preliminares. *Revista Portuguesa de Psicologia, 28*, 115-132.
- Santos, S. V. (2008a). *Forma reduzida do Parenting Stress Index (PSI): Estudo preliminar* [Parenting Stress Index (PSI)—short form: Preliminary study]. XIII Conferência Internacional Avaliação Formas e Contextos, Braga.
- Santos, S. V. (2008b). Índice de Stress Parental (PSI). In L. S. Almeida, M. R. Simões, C. Machado, & M. M. Gonçalves (Coords.), *Avaliação*

psicológica. Instrumentos validados para a população portuguesa (Vol. 2, pp. 123-134, 2nd ed.). Coimbra: Quarteto.

- Santos, S. V. (2011). *Versão Portuguesa do Parenting Stress Index (PSI)– Forma Reduzida: Estudo com uma amostra de mães de crianças com idade inferior a 5 anos* [Portuguese version of the Parenting Stress Index (PSI)–Short form: Study with a sample of mothers of children with 5 or less years old]. Poster presented at the VIII Congresso Iberoamericano de Avaliação/Evaluación Psicológica e XV Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos, Lisboa, Portugal.
- Seabra-Santos, M. J., Major, S., Pimentel, M., Gaspar, M. F., Antunes, N., & Roque, V. (2015). Escala de Sentido de Competência Parental (PSOC): estudos psicométricos. *Avaliação Psicológica*, *14*(1), 97-106. doi:10.15689/ap.2015.1401.11.
- Shala, M., & Dharmo, M. (2013). Prevalence of behavioural and emotional problems among two to five years old Kosovar preschool children: Parent's report. *Psychology*, *4*(12), 1008-1013. doi:10.4236/psych.2013.412146.
- Sheinkopf, S. J., Lester, B. M., LaGasse, L. L., Seifer, R., Bauer, C. R., Shankaran, S., Bada, H. S., Poole, W. K., & Wright, L. L. (2005). Interactions between maternal characteristics and neonatal behavior in the prediction of parenting stress and perception of infant temperament. *Journal of Pediatric Psychology*, *31*(1), 27– 40. doi:10.1093/jpepsy/31.1.27.
- Shumow, L., & Lomax, R. (2002). Parental Efficacy: Predictor of parenting behavior and adolescent outcomes. *Parenting: Science and Practice*, *2*(2), 127-150. doi:10.1207/s15327922par0202_03.
- Silva, S. C. (2009) *Famílias de risco, Crianças de risco? Representações das crianças acerca da família e do risco*. Dissertação de Mestrado em Intervenção Psicossocial com crianças jovens e famílias. Universidade do Minho, Minho.
- Silva, R. S., Corujeira, S., Melo, A. R., Almeida, P., Viana, V., & Guardiano, M. (2015) Avaliação do Stress Parental em Mães de Crianças com Perturbação de Hiperatividade com Défice de Atenção. *Acta Pediátrica Portuguesa*, *46*(4), 299-304. doi:10.10216/81842.
- Simões, R., Leal, I., & Maroco, J. (2010). Paternal involvement in a group of fathers of elementary school children. *Psicologia, Saúde & Doenças*, *11* (2), 339-356. doi:10.15309/10psd110211.
- Siqueira, A., & Dell'Aglio, D. (2007). Retornando para a família de origem: Factores de risco e proteção no processo de reinserção de uma

- adolescente institucionalizada. *Revista Brasileira Crescimento Humano*, 17(3), 134-146. doi:10.7322/jhgd.19855.
- Snarey, J. (1993). *How fathers care for the next generation: A four-decade study*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S., & Grilo, P. (2007). *Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social*. Lisboa: Climepsi.
- Sousa, L., & Ribeiro, C. (2005). Percepção das famílias multiproblemas pobres sobre as suas competências. *Psicologia*, 19 (1-2), 169-191. doi:10.17575/rpsicol.v19i1/2.402.
- Spera, C. (2005). A review of the relationship among parenting practices, parenting styles, and adolescent school achievement. *Educational Psychology Review*, 17(2), 125-146. doi:10.1007/s10648-005-3950-1.
- Steinberg, L., Lamborn, S., Darling, N., Mounts, N., & Dornbusch, S. M. (1994). Over-time changes in adjustment and competence among adolescents from authoritative, authoritarian, indulgent, and neglectful families. *Child Development*, 65, 754-770. doi:10.2307/1131416.
- Steinberg, L., Blatt-Eisengart, I., & Cauffman, E. (2006). Patterns of competence and adjustment among adolescents from authoritative, authoritarian, indulgent and neglectful homes: A replication in a sample of serious juvenile offenders. *Journal of Research on Adolescence*, 16 (1), 47-58. doi:10.1111/j.1532-7795.2006.00119.x.
- Størksen, I., Røysamb, E., Holmen, T. L., & Tambs, K. (2006). Adolescent adjustment and well-being: Effects of parental divorce and distress. *Scandinavian Journal of Psychology*, 47 (1), 75-84. doi:10.1111/j.1467-9450.2006.00494.x.
- Strecht, P. (2012). *Interiores. Uma ajuda aos pais sobre a vida emocional dos filhos*. 4ªed. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Strecht, P. (2015). *Parentalidade positiva*. Lisboa: Verso da Kapa.
- Teti, D. M., & Gelfand, D. M. (1991). Behavioral competence among mothers of infants in the first year: The mediational role of maternal self-efficacy. *Child Development*, 62 (5), 918-929. doi:10.2307/1131143.
- Trigo, M. J. (1992). Família e infância em risco psicossocial. *Apuntes de Psicología*, 34, 51-82.
- Vaz Serra, A. (1999). *O stress na vida de todos os dias*. Coimbra: Edição do Autor.

- Vieira, S. F. (2015). *Stress, satisfação e expectativas parentais em mães e pais de crianças em idade escolar*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde. Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Xavier, J. O., Antunes, A. P., & Almeida, A. T. (2013). Educação para a parentalidade positiva em contextos inclusivos: o grupo laços de inclusão. *Atas do XII Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia*. Universidade do Minho, Braga.